

INFRAPREV - INSTITUTO INFRAERO DE  
SEGURIDADE SOCIAL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021

## INFRAPREV - INSTITUTO INFRAERO DE SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021

### Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais (Consolidados)

Demonstrações das mutações do patrimônio social (Consolidadas)

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos (Plano de Benefício Definido I)

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos (Plano de Benefício Definido II)

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos (Plano de Contribuição Variável)

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos (Plano PAI I)

Demonstrações dos ativos líquidos (Plano de Benefício Definido I)

Demonstrações dos ativos líquidos (Plano de Benefício Definido II)

Demonstrações dos ativos líquidos (Plano de Contribuição Variável)

Demonstrações dos ativos líquidos (Plano PAI I)

Demonstrações do plano de gestão administrativa (Consolidadas)

Demonstrações do plano de gestão administrativa (Plano de Benefício Definido I)

Demonstrações do plano de gestão administrativa (Plano de Benefício Definido II)

Demonstrações do plano de gestão administrativa (Plano de Contribuição Variável)

Demonstrações do plano de gestão administrativa (Plano PAI I)

Demonstrações das provisões técnicas (Plano de Benefício Definido I)

Demonstrações das provisões técnicas (Plano de Benefício Definido II)

Demonstrações das provisões técnicas (Plano de Contribuição Variável)

Demonstrações das provisões técnicas (Plano PAI I)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores, Participantes e Patrocinadores do  
INFRAPREV - Instituto Infraero de Seguridade Social  
Rio de Janeiro - RJ

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do INFRAPREV - Instituto Infraero de Seguridade Social ("INFRAPREV"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pelo INFRAPREV, aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC nº43) em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do INFRAPREV - Instituto Infraero de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

### Base para opinião sobre as demonstrações

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. **Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;**
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/F

*Monika Marielle Du Mont Collyer*

Monika Marielle Du Mont Collyer  
Contador CRC RJ 091300/O-6

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício de 2021 e 2020  
(Em R\$ Mil)



# BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO							
ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO	Nota	2021	2020
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>22</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>7</b>	<b>9.322</b>	<b>26.924</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>5</b>	<b>3.968.200</b>	<b>3.794.640</b>	Gestão Previdencial		4.583	5.127
Gestão Previdencial	5.1	8.733	8.975	Gestão Administrativa		2.366	2.010
Gestão Administrativa	5.2	2.550	5.900	Investimentos		2.373	19.787
Investimentos	5.3	3.956.917	3.779.765	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>8</b>	<b>308</b>	<b>519</b>
Títulos Públicos		2.442.633	1.862.810	Gestão Previdencial		243	463
Ativo Financeiro de Crédito Privado		141.981	131.763	Gestão Administrativa		65	56
Renda Variável		136.659	155.189	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>3.966.462</b>	<b>3.775.498</b>
Fundos de Investimentos	5.3.5	1.045.092	1.400.360	Patrimônio de Cobertura do Plano		3.757.806	3.585.298
Investimentos em Imóveis	5.3.8	119.712	142.956	Provisões Matemáticas	9	3.965.432	3.672.606
Operações com Participantes	5.3.9	70.840	86.687	Benefícios Concedidos		2.236.711	1.813.448
				Benefícios a Conceder		1.728.843	1.859.278
				(-) Provisões Matemática a Constituir		-122	-120
<b>IMOBILIZADO E INTANGÍVEL</b>	<b>6</b>	<b>7.885</b>	<b>8.279</b>	Equilíbrio Técnico	10	-207.626	-87.308
Imobilizado		7.767	7.881	Resultados Realizados		-207.626	-87.308
Intangível		118	398	Superávit Técnico Acumulado		10.056	9.275
				(-) Déficit Técnico		-217.682	-96.583
				Fundos	11	208.656	190.200
				Fundos Previdenciais		130.348	115.479
				Fundos Administrativos		77.097	73.663
				Fundos para Garantia das Oper. com Participantes		1.211	1.058
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.976.092</b>	<b>3.802.941</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>3.976.092</b>	<b>3.802.941</b>

Nota: Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas.

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábil e demonstrações contábeis das EFPC, as demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas dos planos previdenciais e de gestão administrativa, foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021.

## Balanço Patrimonial Consolidado

Não sendo mais realizada no exercício de 2021, a consolidação dos resultados da Entidade, o ajuste do superávit técnico acumulado e déficit técnico acumulado dos planos de benefícios em documentos auxiliares. Portanto, no saldo de 2020, foi realizado ajuste no demonstrativo para demonstrar superávit consolidado de R\$ 9.275 e déficit consolidado de R\$ 96.583, com o resultado da entidade no equilíbrio técnico do exercício de déficit no valor de R\$ 87.308.

# DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS CONSOLIDADA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA			
DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
<b>A) Patrimônio Social - Início do Exercício</b>	<b>3.775.498</b>	<b>3.816.732</b>	<b>-1,08%</b>
<b>1. Adições</b>	<b>494.341</b>	<b>241.696</b>	<b>104,53%</b>
(+) Contribuições Previdenciais	90.722	101.021	-10,19%
(+) Portabilidade	306	-	100,00%
(+) Resultado Positivo Líquidos dos Investimentos - Gestão Previdencial	377.702	120.533	213,36%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	161	-	100,00%
(+) Receitas Administrativas	22.046	18.460	19,42%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	3.251	1.611	101,78%
(+) Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	153	71	116,17%
<b>2. Destinações</b>	<b>-303.376</b>	<b>-282.930</b>	<b>7,23%</b>
(-) Benefícios	-254.037	-243.279	4,42%
(-) Portabilidade / Resgates	-18.680	-15.587	19,84%
(-) Outras Destinações	-63	-	100,00%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-8.735	-	100,00%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-219	-100,00%
(-) Despesas Administrativas	-21.852	-23.839	-8,33%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-10	-6	58,82%
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>190.964</b>	<b>-41.234</b>	<b>-563,12%</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	292.826	89.859	225,87%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-120.319	-138.331	-13,02%
(+/-) Fundos Previdenciais	14.869	10.941	35,90%
(+/-) Fundos Administrativos	3.435	-3.774	-191,00%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	153	71	116,17%
<b>B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)</b>	<b>3.966.462</b>	<b>3.775.498</b>	<b>5,06%</b>

Nota: Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas.

## Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS

Reclassificação de Destinações-**Benefícios** para a nova conta contábil de Destinações-**Portabilidade/Resgates** o valor de R\$ 15.587 mil. Essa reclassificação não ocasionou diferença no total das destinações no demonstrativo.



# DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL

## PLANO I DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO BD I

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD I				
	DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - Início do Exercício</b>		<b>86.817</b>	<b>86.375</b>	<b>0,51%</b>
<b>1. Adições</b>		<b>12.034</b>	<b>6.669</b>	<b>80,45%</b>
(+)	Contribuições	84	90	-6,67%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	11.950	6.579	81,64%
<b>2. Destinações</b>		<b>-6.170</b>	<b>-6.227</b>	<b>-0,92%</b>
(-)	Benefícios	-5.913	-6.020	-1,78%
(-)	Portabilidade / Resgates	-249	-201	23,88%
(-)	Custeio Administrativo	-6	-6	0,00%
(-)	Outras Destinações	-2	-	100,00%
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>		<b>5.864</b>	<b>442</b>	<b>1226,70%</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	4.463	2.556	74,61%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.401	-2.114	-166,27%
<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)</b>		<b>92.681</b>	<b>86.817</b>	<b>6,75%</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>		<b>3.481</b>	<b>3.271</b>	<b>6,42%</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	2.456	2.376	3,37%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.025	895	14,53%

Nota: Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas.

### Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL - Plano BD I

Reclassificação de Destinações-**Benefícios** para a nova conta contábil de Destinações-**Portabilidade/Resgates** o valor de R\$ 201 mil. Essa reclassificação não ocasionou diferença no total das destinações no demonstrativo.

# DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL

## PLANO II DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO BD II

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD II				
	DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
	<b>A) Ativo Líquido - Início do Exercício</b>	<b>14.030</b>	<b>13.554</b>	<b>3,51%</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>1.913</b>	<b>1.052</b>	<b>81,84%</b>
( + )	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.913	1.052	81,84%
	<b>2. Destinações</b>	<b>-662</b>	<b>-576</b>	<b>14,93%</b>
( - )	Benefícios	-602	-576	4,51%
( - )	Outras Destinações	-60	-	100,00%
	<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>1.251</b>	<b>476</b>	<b>162,82%</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.902	918	107,19%
(+/-)	Fundos Previdenciais	-31	1.449	-102,14%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-620	-1.891	-67,21%
	<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)</b>	<b>15.281</b>	<b>14.030</b>	<b>8,92%</b>
	<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>1.109</b>	<b>1.079</b>	<b>2,78%</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	923	916	0,76%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	186	163	14,11%

# DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL

## PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL – PLANO CV

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO CV				
	DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
	<b>A) Ativo Líquido - Início do Exercício</b>	<b>3.599.549</b>	<b>3.268.683</b>	<b>10,12%</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>454.652</b>	<b>221.734</b>	<b>105,04%</b>
(+)	Contribuições	99.100	108.835	-8,94%
(+)	Portabilidade(es)	289	-	100,00%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	355.102	112.899	214,53%
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	161	-	100,00%
	<b>2. Destinações</b>	<b>-274.411</b>	<b>-260.236</b>	<b>5,45%</b>
(-)	Benefícios	-247.522	-226.757	9,16%
(-)	Benefícios de Prestação Continuada	-240.292	-220.937	100,00%
(-)	Benefícios de Prestação Única	-7.230	-5.820	0,00%
(-)	Portabilidade / Resgates	-18.386	-25.312	-27,36%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-219	-100,00%
(-)	Custeio Administrativo	-8.502	-7.948	6,97%
(-)	Outras Destinações	-1	-	100,00%
	<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>180.241</b>	<b>-38.502</b>	<b>-568,13%</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	286.440	86.333	231,79%
(+/-)	Fundos Previdenciais	14.901	9.491	57,00%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-121.100	-134.326	-9,85%
	<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)</b>	<b>3.779.790</b>	<b>3.599.549</b>	<b>5,01%</b>
	<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>73.718</b>	<b>70.371</b>	<b>4,76%</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	73.718	70.371	4,76%

Nota: Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas.

### Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL - Plano CV

Reclassificação de Destinações-Benefícios para a nova conta contábil de Destinações-Portabilidade/Resgates o valor de R\$ 25.312 mil. Essa reclassificação não ocasionou diferença no total das destinações no demonstrativo.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL**  
**PLANO ASSOCIATIVO INFRAPREV I – PLANO PAI I**  
 Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO PAI I				
	DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
	<b>A) Ativo Líquido - Início do Exercício</b>	<b>381</b>	<b>329</b>	<b>15,81%</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>66</b>	<b>52</b>	<b>26,92%</b>
(+)	Contribuições	46	50	-8,00%
(+)	Portabilidade(es)	17	-	100,00%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3	2	50,00%
	<b>2. Destinações</b>	<b>-45</b>	<b>-</b>	<b>100,00%</b>
(-)	Portabilidade / Resgates	-45	-	100,00%
	<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>21</b>	<b>52</b>	<b>-59,62%</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	22	52	-57,69%
	<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)</b>	<b>402</b>	<b>381</b>	<b>5,51%</b>

# DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL PLANO I DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO BD I

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD I			
DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>96.317</b>	<b>90.286</b>	<b>6,68%</b>
Disponível	1	-	100,00%
Recebíveis Previdencial	2.476	2.398	3,25%
Investimento	93.841	87.889	6,77%
Títulos Públicos	82.343	70.983	16,00%
Ativo Financeiros de Crédito Privados	987	1.143	-13,65%
Fundos de Investimento	9.787	14.947	-34,52%
Operações com Participantes	724	816	-11,27%
<b>2. Obrigações</b>	<b>156</b>	<b>198</b>	<b>-21,21%</b>
Operacional	156	198	-21,21%
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>3.481</b>	<b>3.271</b>	<b>6,42%</b>
Fundos Administrativos	2.456	2.376	3,37%
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	1.025	895	14,53%
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>92.681</b>	<b>86.817</b>	<b>6,75%</b>
Provisões Matemáticas	84.954	80.491	5,54%
Superávit / (Déficit) Técnico	7.727	6.326	22,15%
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>15.743</b>	<b>12.470</b>	<b>26,25%</b>
a) Equilíbrio Técnico	7.727	6.326	22,15%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	8.016	6.144	30,47%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	15.743	12.470	26,25%

# DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL PLANO II DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO BD II

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD II			
DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>16.412</b>	<b>15.129</b>	<b>8,48%</b>
Recebíveis Previdencial	923	918	0,54%
Investimento	15.489	14.211	8,99%
Títulos Públicos	12.842	10.893	17,89%
Ativo Financeiros de Crédito Privados	316	325	-2,77%
Fundos de Investimento	2.222	2.874	-22,69%
Operações com Participantes	109	119	-8,40%
<b>2. Obrigações</b>	<b>22</b>	<b>20</b>	<b>10,00%</b>
Operacional	22	20	10,00%
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.109</b>	<b>1.079</b>	<b>2,78%</b>
Fundos Administrativos	923	916	0,76%
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	186	163	14,11%
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>15.281</b>	<b>14.030</b>	<b>8,92%</b>
Provisões Matemáticas	10.804	8.901	21,38%
Superávit Técnico Acumulado	2.329	2.949	-21,02%
Fundos Previdenciais	2.148	2.180	-1,47%
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>4.411</b>	<b>4.378</b>	<b>0,75%</b>
a) Equilíbrio Técnico	2.329	2.949	-21,02%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	2.081	1.429	45,63%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	4.411	4.378	0,75%

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL**  
**PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL – PLANO CV**  
 Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

<b>DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO CV</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>1. Ativos</b>	<b>3.860.525</b>	<b>3.695.078</b>	<b>4,48%</b>
Disponível	2	19	-89,47%
Recebíveis Previdencial	82.431	79.323	3,92%
Investimento	3.778.092	3.615.736	4,49%
Títulos Públicos	2.347.448	1.780.892	31,81%
Ativo Financeiros de Crédito Privados	126.910	124.042	2,31%
Renda Variável	136.659	155.189	-11,94%
Fundos de Investimento	977.356	1.326.905	-26,34%
Investimentos em Imóveis	119.712	142.956	-16,26%
Operações com Participantes	70.007	85.752	-18,36%
<b>2. Obrigações</b>	<b>7.017</b>	<b>25.158</b>	<b>-72,11%</b>
Operacional	6.775	24.695	-72,57%
Contingencial	242	463	-47,73%
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>73.718</b>	<b>70.371</b>	<b>4,76%</b>
Fundos Administrativos	73.718	70.371	4,76%
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>3.779.790</b>	<b>3.599.549</b>	<b>5,01%</b>
Provisões Matemáticas	3.869.272	3.582.833	7,99%
Déficit Técnico Acumulado	-217.682	-96.583	
Fundos Previdenciais	128.200	113.299	13,15%
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>-85.772</b>	<b>-12.959</b>	<b>561,87%</b>
a) Equilíbrio Técnico	-217.682	-96.583	125,38%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	131.910	83.624	57,74%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	-85.772	-12.959	561,87%

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL**  
**PLANO ASSOCIATIVO INFRAPREV I – PLANO PAI I**  
 Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

<b>DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO PAI I</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>1. Ativos</b>	<b>403</b>	<b>381</b>	<b>5,77%</b>
Investimento	403	381	5,77%
Fundos de Investimento	403	381	5,77%
<b>2. Obrigações</b>	<b>-1</b>	<b>-</b>	<b>100,00%</b>
Operacional	-1	-	100,00%
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>402</b>	<b>381</b>	<b>5,51%</b>
Provisões Matemáticas	402	381	5,51%



# DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA CONSOLIDADA

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA			
DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>73.663</b>	<b>77.436</b>	<b>-4,87%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>25.296</b>	<b>20.070</b>	<b>26,04%</b>
1.1. Receitas	25.296	20.070	26,04%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	8.509	7.954	6,98%
Custeio Administrativo dos Investimentos	9.450	10.458	-9,64%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	34	48	-29,17%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	3.251	1.610	101,93%
Atualização de Depósitos Judiciais/Recursais – Gestão Administrativa	4.052	-	100,00%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>-21.852</b>	<b>-23.838</b>	<b>-8,33%</b>
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	-21.852	-23.838	-8,33%
Pessoal e Encargos	-14.361	-14.013	2,48%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-76	-38	100,00%
Viagens e Estadias	-460	-432	6,48%
Serviços de Terceiros	-3.694	-4.994	-26,03%
Despesas Gerais	-1.071	-1.238	-13,49%
Depreciações e Amortizações	-588	-1.240	-52,58%
Tributos	-1.602	-1.515	5,74%
Outras Despesas	-	-368	-100,00%
<b>3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>-10</b>	<b>-5</b>	<b>100,00%</b>
<b>6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>3.434</b>	<b>-3.773</b>	<b>-191,01%</b>
<b>7. Constituição / (Reversão) do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>3.434</b>	<b>-3.773</b>	<b>-191,02%</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)</b>	<b>77.097</b>	<b>73.663</b>	<b>4,66%</b>

Nota: Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas.

## Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA - Consolidado

Reclassificação de Despesas Administrativas- **Administração dos Investimentos** para consolidação de todas as despesas na Conta **Administração dos Planos Previdenciais**. Não havendo a partir de 2021 segregações por gestões: previdencial e de investimentos. O valor total reclassificado foi de R\$ 11.976 mil. Essa reclassificação não ocasionou diferença no total das despesas administrativas no demonstrativo em relação ao ano de 2020.

# DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA

## PLANO I DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO BD I

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO BD I			
DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>2.376</b>	<b>2.336</b>	<b>1,71%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>621</b>	<b>613</b>	<b>1,31%</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>621</b>	<b>613</b>	<b>1,31%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6	6	0,00%
Custeio Administrativo dos Investimentos	535	567	-5,64%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	-	1	-100,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	80	39	105,13%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>-541</b>	<b>-573</b>	<b>-5,58%</b>
<b>2.1. Administração dos Planos Previdenciais</b>	<b>-541</b>	<b>-573</b>	<b>-5,58%</b>
Pessoal e Encargos	-352	-344	2,33%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-2	-	100,00%
Viagens e Estadias	-11	-10	10,00%
Serviços de Terceiros	-98	-122	-19,67%
Despesas Gerais	-26	-30	-13,33%
Depreciações e Amortizações	-14	-31	-54,84%
Tributos	-38	-36	5,56%
<b>6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>80</b>	<b>40</b>	<b>100,01%</b>
<b>7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>80</b>	<b>40</b>	<b>100,00%</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)</b>	<b>2.456</b>	<b>2.376</b>	<b>3,37%</b>

Nota: Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas.

### Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA - PLANO BD I

Reclassificação de Despesas Administrativas- **Administração dos Investimentos** para consolidação de todas as despesas na Conta **Administração dos Planos Previdenciais**. Não havendo a partir de 2021 segregações por gestões: previdencial e de investimentos. O valor total reclassificado foi de R\$ 287 mil. Essa reclassificação não ocasionou diferença no total das despesas administrativas no demonstrativo em relação ao ano de 2020.

# DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA

## PLANO II DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO BD II

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO BD II			
DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>916</b>	<b>912</b>	<b>0,44%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>67</b>	<b>86</b>	<b>-22,09%</b>
1.1. Receitas	67	86	-22,09%
Custeio Administrativo dos Investimentos	60	82	-26,83%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	7	4	75,00%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>-60</b>	<b>-82</b>	<b>-26,83%</b>
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	-60	-82	-26,83%
Pessoal e Encargos	-33	-32	3,13%
Viagens e Estadias	-1	-2	-50,00%
Serviços de Terceiros	-18	-40	-55,00%
Despesas Gerais	-2	-2	0,00%
Depreciações e Amortizações	-1	-3	-66,67%
Tributos	-5	-3	66,67%
<b>6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>75,00%</b>
<b>7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>75,00%</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)</b>	<b>923</b>	<b>916</b>	<b>0,76%</b>

Nota: Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas.

### Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA - PLANO BD II

Reclassificação de Despesas Administrativas- **Administração dos Investimentos** para consolidação de todas as despesas na Conta **Administração dos Planos Previdenciais**. Não havendo a partir de 2021 segregações por gestões: previdencial e de investimentos. O valor total reclassificado foi de R\$ 27 mil. Essa reclassificação não ocasionou diferença no total das despesas administrativas no demonstrativo em relação ao ano de 2020.

# DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA

## PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL – PLANO CV

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO CV			
DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>70.371</b>	<b>74.188</b>	<b>-5,14%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>24.604</b>	<b>19.367</b>	<b>27,04%</b>
1.1. Receitas	24.604	19.367	27,04%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	8.503	7.948	6,98%
Custeio Administrativo dos Investimentos	8.851	9.805	-9,73%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	34	47	-27,66%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	3.164	1.567	101,91%
Atualização de Depósitos Judiciais/Recurais – Gestão Administrativa	4.052	-	100,00%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>-21.247</b>	<b>-23.179</b>	<b>-8,34%</b>
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	-21.247	-23.179	-8,34%
Pessoal e Encargos	-13.973	-13.635	2,48%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-74	-38	94,74%
Viagens e Estadias	-448	-420	6,67%
Serviços de Terceiros	-3.577	-4.830	-25,94%
Despesas Gerais	-1.043	-1.206	-13,52%
Depreciações e Amortizações	-573	-1.206	-52,49%
Tributos	-1.559	-1.476	5,62%
Outras Despesas	-	-368	-100,00%
<b>3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>-10</b>	<b>-5</b>	<b>100,00%</b>
<b>6. Sobre / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>3.347</b>	<b>-3.817</b>	<b>-187,69%</b>
<b>7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>3.347</b>	<b>-3.817</b>	<b>-187,69%</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)</b>	<b>73.718</b>	<b>70.371</b>	<b>4,76%</b>

Nota: Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas.

### Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA - PLANO CV

Reclassificação de Despesas Administrativas- **Administração dos Investimentos** para consolidação de todas as despesas na Conta **Administração dos Planos Previdenciais**. Não havendo a partir de 2021 segregações por gestões: previdencial e de investimentos. O valor total reclassificado foi de R\$ 11.660 mil. Essa reclassificação não ocasionou diferença no total das despesas administrativas no demonstrativo em relação ao ano de 2020.

**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA**  
**PLANO ASSOCIATIVO INFRAPREV I – PLANO PAI I**  
 Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO PAI I			
DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	-	-	-
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	4	4	0,00%
1.1. Receitas	4	4	0,00%
Custeio Administrativo dos Investimentos	4	4	0,00%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	-4	-4	0,00%
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	-4	-4	0,00%
Pessoal e Encargos	-3	-2	50,00%
Serviços de Terceiros	-1	-2	-50,00%
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)</b>	-	-	-

Nota: Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas.

**Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA - PLANO PAI I**

Reclassificação de Despesas Administrativas- **Administração dos Investimentos** para consolidação de todas as despesas na Conta **Administração dos Planos Previdenciais**. Não havendo a partir de 2021 segregações por gestões: previdencial e de investimentos. O valor total reclassificado foi de R\$ 2 mil. Essa reclassificação não ocasionou diferença no total das despesas administrativas no demonstrativo em relação ao ano de 2020.

# DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPT

## PLANO I DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO BD I

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO BD I			
DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>93.863</b>	<b>87.909</b>	<b>6,77%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>84.954</b>	<b>80.490</b>	<b>5,55%</b>
1.1. Benefícios Concedidos	79.447	75.013	5,91%
Benefício Definido	79.447	75.013	5,91%
1.2. Benefícios a Conceder	5.629	5.597	0,57%
Benefício Definido	5.629	5.597	0,57%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-122	-120	2,00%
(-) Equacionamento de déficit a integralizar	-122	-120	2,16%
(-) Assistidos	-122	-120	2,16%
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>7.727</b>	<b>6.326</b>	<b>22,15%</b>
2.1. Resultados Realizados	7.727	6.326	22,15%
Superávit Técnico Acumulado	7.727	6.326	22,15%
Reserva de Contingências	7.727	6.326	22,15%
<b>3. Fundos</b>	<b>1.025</b>	<b>895</b>	<b>14,53%</b>
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	1.025	895	14,53%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>157</b>	<b>198</b>	<b>-20,74%</b>
4.1. Gestão Previdencial	85	198	-57,07%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	72	-	100,00%

# DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPT

## PLANO II DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO BD II

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO BD II			
DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>15.489</b>	<b>14.214</b>	<b>8,97%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>10.804</b>	<b>8.902</b>	<b>21,37%</b>
1.1. Benefícios Concedidos	10.475	8.573	22,19%
Benefício Definido	10.475	8.573	22,19%
1.2. Benefícios a Conceder	329	329	0,00%
Benefício Definido	329	329	0,00%
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>2.329</b>	<b>2.949</b>	<b>-21,02%</b>
2.1. Resultados Realizados	2.329	2.949	-21,02%
Superávit Técnico Acumulado	2.329	2.949	-21,02%
Reserva de Contingências	2.241	1.819	23,20%
Reserva para Revisão do Plano	88	1.130	-92,21%
<b>3. Fundos</b>	<b>2.335</b>	<b>2.343</b>	<b>-0,34%</b>
3.1. Fundos Previdenciais	2.149	2.180	-1,42%
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	186	163	14,11%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>5,00%</b>
4.1. Gestão Previdencial	6	20	-70,00%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	15	-	100,00%

# DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPT

## PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL – PLANO CV

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO CV			
DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>3.786.808</b>	<b>3.624.708</b>	<b>4,47%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>3.869.272</b>	<b>3.582.834</b>	<b>7,99%</b>
1.1. Benefícios Concedidos	2.146.789	1.729.862	24,10%
Contribuição Definida	175.329	183.416	-4,41%
Benefício Definido	1.971.460	1.546.446	27,48%
1.2. Benefícios a Conceder	1.722.483	1.852.972	-7,04%
Contribuição Definida	1.629.458	1.647.847	-1,12%
Saldo de contas - Parcela Patrocinador (es)/Instituidor (es)	730.914	732.068	-0,16%
Saldo de contas - Parcela Participantes	897.041	914.665	-1,93%
Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	1.178	1.051	12,12%
Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EAPC	325	63	416,92%
Benefício Definido	93.025	205.125	-54,65%
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>-217.682</b>	<b>-96.583</b>	<b>125,38%</b>
2.1. Resultados Realizados	-217.682	-96.583	125,38%
(-) Déficit Técnico Acumulado	-217.682	-96.583	125,38%
<b>3. Fundos</b>	<b>128.199</b>	<b>113.299</b>	<b>13,15%</b>
3.1. Fundos Previdenciais	128.199	113.299	13,15%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>6.776</b>	<b>24.695</b>	<b>-72,56%</b>
4.1. Gestão Previdencial	4.491	4.908	-8,50%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.285	19.787	-88,45%
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>243</b>	<b>463</b>	<b>-47,52%</b>
5.1. Gestão Previdencial	243	463	-47,52%

Nota: Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas.

### Demonstração das Provisões Técnicas – DPT - PLANO CV

Reclassificação de Benefícios a Conceder/Contribuição Definida – **Saldo de Contas – Parcela Participantes** para as novas contas contábeis: Benefícios a Conceder/Contribuição Definida – **Saldo de Contas – Parcela Participantes Portada de EFPC**, o valor de 1.051 mil e para Benefícios a Conceder/Contribuição Definida – **Saldo de Contas – Parcela Participantes Portada de EAPC**, o valor de 63 mil. Essa reclassificação não ocasionou diferença no total dos Benefícios a Conceder no demonstrativo em relação ao ano de 2020.



# DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPT

## PLANO ASSOCIATIVO INFRAPREV I – PLANO PAI I

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 – (Em Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO PAI I			
DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>404</b>	<b>381</b>	<b>5,94%</b>
1. Provisões Matemáticas	402	380	5,80%
1.2. Benefícios a Conceder	402	380	5,80%
Contribuição Definida	402	380	5,80%
Saldo de contas - Parcela Patrocinador (es)/Instituidor (es)	402	380	5,80%
4. Exigível Operacional	2	1	59,91%
4.1. Gestão Previdencial	2	1	59,98%

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Instituto Infraero de Seguridade Social – Infraprev** ("Infraprev" ou "Instituto"), CNPJ nº 27.644.368/0001-49, com sede na Avenida República do Chile, 230 – 18º andar, em Rio de Janeiro/RJ, Entidade Fechada de Previdência Privada, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.030, de 29 de junho de 1982, constituído, sem fins lucrativos, sob a forma de sociedade civil pela ARSA – Aeroportos do Rio de Janeiro S/A, posteriormente incorporada à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, em consonância com o Decreto nº 93.609, de 21 de novembro de 1986.

O Infraprev, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, é uma Entidade Fechada multipatrocinada de Previdência Complementar autorizada pela Portaria da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e da Diretoria de Análise Técnica (DITEC) nº 473, de 31 de agosto de 2011, administradora de planos múltiplos, com independência administrativa, patrimonial e financeira, constituída em 25 de maio de 1998, conforme Portaria nº 453 do Ministério da Previdência Social (MPS) na forma da legislação em vigor, com personalidade jurídica distinta de seus Patrocinadores ou Instituidores.

O Infraprev administra atualmente quatro planos de benefícios inscritos no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) aprovados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Desses, dois planos de benefícios previdenciais na modalidade de Benefício Definido (BD), que se encontram fechados, sendo um saldado, um plano na modalidade de Contribuição Variável (CV) multipatrocinado e um plano instituído na modalidade de Contribuição Definida (CD). A atividade operacional do Instituto é registrada no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

São Patrocinadores do Instituto Infraero de Seguridade Social – Infraprev:

Plano de Benefícios	CNPB	Modalidade	Patrocínio	CNPJ
Plano BD I	1982.0007-83	Benefício Definido (Saldado)	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO ("INFRAERO")	CNPJ: 00.352.294/0001-10
Plano BD II	1982.0018-11	Benefício Definido	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO ("INFRAERO")	CNPJ: 00.352.294/0001-10
Plano CV	2000.0081-19	Contribuição Variável	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO ("INFRAERO")	CNPJ: 00.352.294/0001-10
			Instituto Infraero de Seguridade Social – Infraprev ("Infraprev")	CNPJ: 27.644.368/0001-49
			Aeroportos Brasil Viracopos S/A ("Viracopos")	CNPJ: 14.522.178/0001-07
			Aeroporto Internacional de Guarulhos S/A ("Guarulhos")	CNPJ: 15.578.569/0001-06
			Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S/A ("Inframérica")	CNPJ: 15.559.082/0001-86
			Concessionária do Aeroporto de Salvador S/A ("Salvador Bahia Airport")	CNPJ: 27.950.582/0001-23
			Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins ("BH Airport Confins")	CNPJ: 19.674.909/0001-5
Rio Galeão – Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S/A ("Rio Galeão")	CNPJ: 19.726.111/0001-08			
Plano PA-I	2012.0008-19	Contribuição Definida	NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A ("NAV Brasil") - Associação Nacional dos Empregados da Infraero – ANEI ("ANEI")	CNPJ: 42.736.102/0001-10 CNPJ: 10.554.578/0001-43

O Infraprev tem como objetivo principal instituir, executar e administrar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, na forma da legislação vigente, com eficiência e transparência, promovendo o bem-estar dos seus participantes.

Em 31 de dezembro de 2021, o Infraprev possuía 11.547 participantes (11.911 em 2020), compostos da seguinte forma:

Participantes	Plano CV		Plano BD I		Plano BD II		Plano PAI-I		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativos <sup>1</sup>	6.218	6.738	11	12	-	-	19	21	6.248	6.771
Autopatrocinaados <sup>1</sup>	20	27	1	1	-	-	-	-	21	28
Participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD) <sup>1</sup>	56	57	-	-	-	-	-	-	56	57
Aposentados <sup>2</sup>	3.995	3.978	90	92	9	9	-	-	4.094	4.079
Participantes em Auxílio Doença <sup>2</sup>	45	45	-	-	-	-	-	-	45	45
Pensionistas <sup>2</sup>	1.015	866	56	54	12	11	-	-	1.083	931
<b>Total</b>	<b>11.349</b>	<b>11.711</b>	<b>158</b>	<b>159</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>21</b>	<b>11.547</b>	<b>11.911</b>

<sup>1</sup> Total de participantes ativos em 2021 - 6.325 (6.856 em 2020)

<sup>2</sup> Total de assistidos em 2021 - 5.222 (5.055 em 2020)

Os recursos de que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de suas patrocinadoras, participantes, assistidos e autopatrocinados e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), especificamente a **Resolução CNPC n.º 43, 06 de agosto de 2021** (Dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários), **Resolução CNPC n.º 44, 06 de agosto de 2021** (Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as entidades fechadas de previdência complementar), **Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020** (Estabelece normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, estrutura o plano contábil padrão, instrui a função e funcionamento das contas, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis), e **Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n.º 1.272, de 22 de janeiro de 2010**, que aprova a NBC TE 11 e as práticas contábeis brasileiras.

Essas práticas contábeis são específicas para o segmento das entidades fechadas de previdência complementar. Como consequência, (I) não existe a segregação de ativos e passivos entre circulante e de longo prazo, (II) os investimentos estão contemplados no grupo “Ativo Realizável”, (III) o “Ativo Imobilizado e Intangível” abrange somente os bens utilizados na operacionalização do Instituto e (IV) o grupo “Provisões Matemáticas” representa em valores presentes os compromissos assumidos pela Entidade junto aos seus participantes. Os registros contábeis são efetuados em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações e estão sendo apresentados de forma comparativa com os números do exercício de 2020.

De acordo com as normas específicas, são apresentados os seguintes documentos que compõem as demonstrações contábeis e suas finalidades:

### I. Balanço Patrimonial Consolidado

Finalidade de evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários administrados pelo Infraprev, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.

**II. Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS**

Finalidade de evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios, ao final de cada exercício.

**III. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA**

Finalidade de evidenciar de forma consolidada e individualizada (facultativa) a atividade administrativa do Instituto, evidenciando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

**IV. Demonstração do Ativo Líquido – DAL**

Finalidade de evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

**V. Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – DMAL**

Finalidade de demonstrar de forma individualizada por plano de benefícios as mutações sofridas pelo Ativo Líquido, demonstrando a posição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais, ao final de cada exercício.

**VI. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT**

Finalidade de evidenciar de forma individualizada, por planos de benefícios, as alterações do Patrimônio de Cobertura de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício. Demonstra os valores das obrigações presentes e futuras dos planos para com seus participantes.

**VII. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas e por Plano;**

Os demonstrativos contábeis, as informações e os quadros das notas explicativas foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Infraprev atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

Conforme CPC 26 (R1), as demonstrações contábeis da Entidade serão apresentadas na ordem de mais relevantes para a compreensão do seu desempenho financeiro e da posição financeira.

**VIII. Parecer do Conselho Fiscal com opinião sobre as Demonstrações Contábeis;**

**IX. Manifestação do Conselho Deliberativo relativa à aprovação das Demonstrações Contábeis;**

**X. Relatórios de Auditor Independente, descritos a seguir:**

- a) relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis;
- b) relatório circunstanciado sobre controles internos.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e a escrituração contábil de todas as operações obedecem à planificação contábil padrão em vigor para as entidades fechadas de previdência complementar.

Os registros contábeis respeitam a autonomia patrimonial dos planos de benefícios previdenciais, de modo a identificá-los separadamente, bem como o plano de gestão administrativa, em consonância com o que determina a legislação vigente.

Os lançamentos contábeis estão registrados com base no princípio da competência, sendo assim, na determinação do resultado estão computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas incorridas no mês correspondente. No entanto, para o plano de contribuição definida instituído PAI I, como faculta a legislação, os registros relativos às contribuições e aos pagamentos de benefícios estão escriturados com base no regime de caixa.

Os principais procedimentos, normas e princípios adotados nas demonstrações contábeis, bem como a legislação pertinente estão resumidos a seguir:

### 3.1 ATIVO REALIZÁVEL

O ativo compreende bens, direitos e demais aplicações de recursos relativos aos planos, capazes de honrar os compromissos assumidos conforme regulamento, observadas as gestões previdencial e administrativa, bem como dos investimentos.

As contas do ativo realizável são subdivididas em gestão previdencial, gestão administrativa e de investimentos, conforme definições a seguir:

- a) Gestão previdencial: são recursos a receber relativos às contribuições, portabilidades e migrações para o plano de benefícios, antecipações, contratos de dívidas decorrentes de contribuições em atraso, de serviço passado, de equacionamento de déficit e outros realizáveis.
- b) Gestão administrativa: são recursos a receber relativos às contribuições, doações, dotação inicial e outros realizáveis para a cobertura das obrigações administrativas demandadas pelos planos de benefício, bem como para formação de fundo do PGA com o propósito de suprir possíveis resultados negativos, entre receitas e despesas administrativas; e
- c) Investimentos: são aplicações em ativos financeiros e outros direitos, classificados em Títulos Públicos, Ativo Financeiro de Crédito Privado, Renda Variável, Fundos de Investimentos, Derivativos, Investimentos no Exterior, Investimentos em Imóveis, Operações com Participantes, Depósitos Judiciais/Recursais, Recursos a Receber - Precatórios e outros realizáveis.

#### Ativo Realizável - Gestão Previdencial

Registra todas as atividades previdenciais, como recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais e contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes (ativos, assistidos, autopatrocinados ou em Benefício Proporcional Diferido – BPD). Considera-se o plano de custeio, bem como todos os resultados dos planos de benefícios de natureza previdenciária.

#### Ativo Realizável - Gestão Administrativa

Registra os recursos correspondentes ao custeio administrativo da gestão Previdencial a receber dos planos de benefícios e os valores a receber dos planos referentes ao custeio dos investimentos; os adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros e gastos antecipados referentes às despesas de períodos subsequentes e os depósitos judiciais e recursais desembolsados por força de

decisão judicial. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

## Ativo Realizável - Investimentos

As informações sobre o realizável de investimentos evidenciam a adequação da estrutura de investimentos do plano de benefícios à necessidade de liquidez e solvência. Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas, fundos e provisões passivas são determinados pela Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018, do Conselho Monetário Nacional – CMN.

## Títulos e Valores mobiliários

### Renda Fixa

São operações com rendas definidas, pré ou pós-fixadas lastreadas em títulos públicos e privados emitidos por instituições financeiras ou por empresas.

Conforme determina a **Resolução CNPC n.º 43, 06 de agosto de 2021**, no art. 30, os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras próprias, carteira administrada ou fundos de investimentos exclusivos pertencentes à entidade, devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e classificados na categoria:

- a. **Títulos para negociação:** Títulos adquiridos com o propósito de serem negociados independentes do prazo a decorrer da data da aquisição, sendo contabilizados pelo valor de mercado, ou seja, são contabilizados auferindo seus ganhos e perdas, realizados e não realizados, diariamente.
- b. **Títulos mantidos até o vencimento:** Os títulos para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A entidade pode registrar os títulos públicos federais na categoria "títulos mantidos até o vencimento" em planos de benefícios na modalidade de benefício definido, quando o prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos for igual ou superior a cinco anos e desde que haja capacidade financeira e intenção em mantê-los na carteira até o vencimento. Pode ser aplicado a planos de benefícios de contribuição variável e de contribuição definida exclusivamente na fase de concessão de benefícios, desde que esses benefícios utilizem hipóteses atuariais.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os critérios definidos no manual de precificação do agente custodiante. O Infraprev contrata serviço de custódia centralizada do Bradesco S/A.

### Renda Variável

As aplicações em ações estão escrituradas pelo custo de aquisição, avaliadas pelo valor de mercado, reconhecidos os custos de transação, como corretagens e outras taxas incidentes como despesas diretas, sendo precificadas pelo valor de mercado determinado pela cotação de fechamento das ações, no último pregão do ano da B3.

A Instrução CVM nº 465/2008 que orienta no art. 3 - A avaliação dos ativos de renda variável deve ser feita utilizando-se a última cotação diária de fechamento do mercado em que o ativo apresentar maior liquidez, desde que tenha sido negociado pelo menos uma vez nos últimos 90 (noventa) dias.”

## Fundos de Investimentos

O registro contábil das operações com cotas de fundos de investimentos foi contabilizado pelo valor efetivamente desembolsado, incluindo, quando for o caso, taxas e emolumentos. E estão demonstrados pelo valor nominal da cota, ajustados com os ganhos ou perdas correspondentes ao período. Os montantes são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço. A divulgação e apuração do valor da cota são de responsabilidade de cada administrador dos fundos de investimentos.

## Investimentos em Imóveis

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição, incluindo honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre a operação e ajustados por meio de reavaliações a valor de mercado e acrescida dos aluguéis a receber, deduzidas as depreciações acumuladas (exceto terrenos), calculadas pelo método linear e com as taxas ajustadas em função do prazo de vida útil remanescente constante do laudo técnico de avaliação. A reavaliação é realizada de forma a contemplar o valor justo de mercado de cada edificação.

Até o exercício de 2015, essas reavaliações eram efetuadas a cada três anos, depreciadas mensalmente (exceto terrenos e imóveis em construção), de acordo com a vida útil remanescente constante do laudo de avaliação.

A partir do exercício de 2016, as reavaliações passaram a ser realizadas anualmente de acordo com a Instrução PREVIC nº 15, de 12 de novembro de 2014 e nº 21, de 23 de março de 2015, que dispensava nesse caso o registro da depreciação na realização de reavaliação anual dos investimentos imobiliários.

Os imóveis estão sendo avaliados anualmente, assim como rege a legislação na Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, Art. 17, onde determina que deverá ser avaliado no mínimo, anualmente, de forma que a contabilidade reflita o real valor patrimonial.

## Operações com Participantes (Empréstimos)

As operações com participantes representam os empréstimos contratados com os participantes e assistidos. São demonstrados pelo principal, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas as provisões para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimos com participantes e assistidos, é constituída com base nos percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Capítulo IV - Provisão para Perda, Art. 19 da IN PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020. Além das provisões realizadas para atendimento à legislação, o Infraprev procede aos registros quando os contratos são enviados para cobrança judicial, sendo provisionados 100% do valor do saldo devedor dos contratos.

No ato das concessões é cobrada uma taxa de risco que incide sobre o montante concedido para a constituição de Fundo para Garantia das operações com participantes, a fim de garantir a cobertura de eventos como morte e inadimplência, e mitigar o impacto na cota dos participantes.

## Provisão para Perdas

As provisões para perdas para créditos de liquidação duvidosa na realização dos ativos são constituídas com base no valor do principal, parcelas ou de encargos da operação, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Capítulo VI-Provisões para Perdas, Art.19 da IN PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020.

Para o registro contábil na provisão para perdas, são observados os seguintes critérios em atendimento a legislação em vigor, que incidem sobre os créditos vencidos e vincendos:

% de Provisão	Período de Atraso
I - provisão mínima de 1%	entre 31 e 60 dias
II - provisão mínima de 5%	entre 61 e 90 dias
III - provisão mínima de 10%	entre 91 e 120 dias
IV - provisão mínima de 25%	entre 121 e 180 dias
V - provisão mínima de 50%	entre 181 e 240 dias
VI - provisão mínima de 75%	entre 241 e 360 dias
VII - provisão de 100%	superior a 360 dias

## Depósitos Judiciais e Recursais

Os depósitos judiciais são constituídos para atendimento de objetivos diversos quais sejam: custas com perícias, diligências e emolumentos, depósitos judiciais de garantia, garantia do juízo para execução ou demandas tributárias, depósito judicial de condenação para pagamento da determinação judicial terminativa com encerramento e depósito judicial recursal que são os pagamentos de garantia para interposição de recurso ao Tribunal Superior.

Na existência de depósitos judiciais, estes realizáveis devem ser atualizados por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo judiciário em favor da EFPC em contrapartida a conta de resultado.

## 3.2. Imobilizado e Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, ajustados por depreciações ou amortizações acumuladas (exceto direito de uso), calculadas pelo método linear, e com as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e por espécie de bens, conforme Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores e IN RFB Nº 1700, de 14 de março de 2017, às seguintes alíquotas: Observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### Tabela de Alíquotas de Depreciações e Amortizações

	Alíquota Anual
Instalações em Geral	10%
Instalações Elétricas	20%
Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos	10%
Sistemas de Comunicação	10%
Computadores e Periféricos	20%
Software	20%
Implantação, Reorganização e Desenvolvimento	20%



### 3.3. Exigível Operacional

O Instituto adota a sistemática de constituir provisões em atendimento ao disposto na Resolução CNPC n.º 43, 06 de agosto de 2021 e Instrução PREVIC n.º 31, de 20 de agosto de 2020 e ao Princípio Contábil do Regime de Competência, na proporção de 01/12 avos mensais para as seguintes rubricas:

- a. Provisão para Férias;
- b. Provisão para 13º Salário;
- c. Provisão do Abono Anual dos Benefícios Devidos.

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis de cada gestão (previdencial, administrativa e investimentos), decorrentes dos benefícios aos participantes, salários e encargos de funcionários do Infraprev, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais, operações com investimentos mobiliários e operações com participantes.

### 3.4. Exigível Contingencial

O Instituto adota a sistemática de constituir provisões para contingências, que são avaliadas periodicamente, com a finalidade de mensurar prováveis perdas decorrentes de ações no âmbito judicial e administrativo. As provisões são estabelecidas - com base no Pronunciamento Técnico CPC n.º 25, de 16 de setembro de 2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e em conformidade com a avaliação dos assessores jurídicos contratados pelo Infraprev.

#### Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

O registro do montante das provisões decorre das ações judiciais e administrativas do passivo, as quais são demandadas contra o Instituto. E a atualização se dá através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de perda determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- Efetivar o registro da provisão no Passivo dos planos, em contrapartida da Despesa da administração que lhe deu origem e;
- Existindo depósito judicial, este deverá ser registrado em conta do Ativo, no grupo Depósitos Judiciais/Recursais do plano de benefício na gestão correspondente (Previdencial, Administrativa e/ou dos Investimentos) sem atualizações, conforme determina a legislação.

#### a. Provisões e Passivos Contingentes

O Infraprev é parte em diversos processos judiciais e administrativos (Nota 8. Exigível Contingencial) e o critério de provisão é baseado na opinião dos advogados; na natureza das ações; na similaridade com outros processos; na complexidade e no posicionamento dos Tribunais.

Há reconhecimento contábil sempre que a perda processual for avaliada como **provável**, com estimativa de conseqüente saída de recursos para a liquidação das obrigações. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, devendo apenas serem divulgados nas Notas Explicativas. Os passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão, nem divulgação.

## b. Ativos Contingentes

O Instituto utiliza os seguintes conceitos para os ativos contingentes:

- **Praticamente certo:** não é reconhecido contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizado o ganho como praticamente certo. Nesse caso, o Instituto reconhece o ativo e não o classifica como ativo contingente. No presente exercício, não ocorreram ativos nessa categoria.
- **Provável:** quando não é reconhecida como praticamente certa a entrada de benefícios econômicos futuros. O Instituto apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente. No Infraprev, existe ocorrência dessa situação, conforme descrito na Nota 8.3. Ativo Contingente.
- **Possível e Remota:** neste caso, o Instituto não reconhece e não divulga em Nota Explicativa, ou porque não há posicionamento predominante nos tribunais, ou o posicionamento dominante é contrário a tese jurídica do Instituto, respectivamente.

## 3.5. Garantia das Provisões Matemáticas e dos Fundos

As entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) devem, na aplicação dos recursos correspondentes às reservas técnicas, provisões e fundos dos planos que administram, observar o disposto na Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

O disposto nesta Resolução se aplica aos recursos dos planos administrados pela EFPC, formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores.

## 3.6. Patrimônio Social

Recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano, o patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura do plano e os fundos, segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

### a. Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios

Representa os recursos líquidos dos planos de benefícios, decorrentes do resultado da equação contábil apurada pela diferença entre o ativo total e o passivo exigível (operacional e contingencial) e dos fundos previdencial, administrativo e o de garantia das operações com participantes.

**b. Provisões Matemáticas**

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários externos contratados. Representam valores relativos aos compromissos com participantes, assistidos e beneficiários, segregados em provisões matemáticas de benefícios concedidos, provisões matemáticas de benefícios a conceder e provisões matemáticas a constituir.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos destinam-se à cobertura dos compromissos do Instituto com prestação continuada e período certo, concedidos a seus assistidos e beneficiários, bem como benefícios de riscos.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, destinam-se à cobertura de eventos futuros com a geração atual, ou seja, participantes e beneficiários que ainda não se encontram em gozo de benefícios de prestação continuada.

As provisões matemáticas a constituir são parcelas a serem integralizadas ao Patrimônio para Cobertura do Plano, decorrentes de "Serviço Passado" e "Déficit Equacionado" e representam o valor atual das Contribuições Extraordinárias futuras, na data da avaliação atuarial.

**c. Equilíbrio técnico**

É o resultado apurado do patrimônio de cobertura menos as provisões matemáticas de cada plano de benefício.

**d. Fundos**

Os fundos constituídos pelas EFPC devem ter destinações específicas, segregados em previdencial, administrativo e de garantia das operações com participantes. Estão registrados os fundos da gestão previdencial, administrativa e dos investimentos.

O **fundo previdencial** é constituído de acordo com o disposto em nota técnica atuarial, que corresponde ao valor das reversões de saldo de Patrocinadora, ou seja, a parcela do saldo da Conta Total de Participante não destinada ao pagamento de benefício em virtude de opção pelo Resgate, denominado Fundo de Reversão.

O **fundo administrativo** é constituído com o resultado positivo entre receitas e despesas da gestão administrativa e é utilizado como fonte de custeio de acordo com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

O Fundos para Garantia das operações com participantes registra os recursos para garantir a quitação de empréstimos de participantes na ocorrência de morte ou inadimplências.

**3.7. Operações Administrativas**

Em conformidade com a Resolução CNPC n.º 43, 06 de agosto de 2021 e Instrução PREVIC n.º 31, de 20 de agosto de 2020, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), pela atualização de depósitos judiciais/recursais, deduzidas das despesas administrativas e constituição e/ou reversão de contingências, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano, o Infraprev utiliza o seguinte critério, conforme determina o Regulamento do PGA:

- Receitas: alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- Despesas Específicas: alocadas diretamente ao plano que as originou;
- Despesas Comuns:

**Administração do Passivo:** utilizou-se o critério do número de participantes de cada plano de benefícios, ponderando por peso para a situação do participante dentro do plano de benefícios.

**Administração do Ativo:** utilizou-se o critério com base na proporção dos Recursos Garantidores de Cada Plano de benefício, ponderando o peso do patrimônio de cada segmento.

Dessa forma, o rateio das despesas comuns entre planos é realizado de acordo com os percentuais fixos a seguir:

PLANOS	Resultado do % de alocação
PLANO CV	97,30%
PLANO BD I	2,45%
PLANO BD II	0,23%
PLANO ANEI	0,02%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

As fontes de custeio da Gestão Administrativa, assim como seus limitantes, obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, em vigor até dezembro/2021.

### 3.8. Consolidação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a **Resolução CNPC n.º 43, 06 de agosto de 2021**, Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020 e a NBC TE 11 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e abrangem as Demonstrações Contábeis do Instituto Infraero de Seguridade Social – Infraprev, relativas aos planos de benefícios, bem como o Plano de Gestão Administrativa – PGA, do Instituto.

As contas contábeis passíveis de ajustes e eliminações são as seguintes: "Participação no PGA", "Participação no Fundo Administrativo PGA" e valores a pagar e a receber entre planos.

A seguir, demonstra-se o detalhamento dos ajustes e eliminações decorrentes da consolidação das Demonstrações contábeis no período de 2021:

DESCRIÇÃO	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV	Plano PA I	Operações Comuns 2021	Operações Comuns 2020
<b>ATIVO</b>	2.455	923	73.718	1	-77.097	-73.663
<b>REALIZÁVEL</b>	2.455	923	73.718	1	-77.097	-73.663
GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.455	923	73.718	1	-77.097	-73.663
PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.455	923	73.718	1	-77.097	-73.663
<b>PASSIVO</b>	-2.455	-923	-73.718	-1	77.097	73.663
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	-2.455	-923	-73.718	-1	77.097	73.663
<b>FUNDOS</b>	-2.455	-923	-73.718	-1	77.097	73.663
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	-2.455	-923	-73.718	-1	77.097	73.663
PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO	-2.455	-923	-73.718	-1	77.097	73.663

**Nota:**

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábil e demonstrações contábeis das EFPC, as demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas dos planos previdenciais e de gestão administrativa, foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021. Não sendo mais realizado no exercício de 2021, a consolidação dos resultados da Entidade, o ajuste do superávit técnico acumulado e déficit técnico acumulado dos planos de benefícios em documentos auxiliares.

### 3.9. Custeio Administrativo

#### a. Gestão Previdencial

O custeio administrativo previdencial do Instituto engloba todas as despesas efetuadas com a administração previdencial, utilizando-se para sua cobertura parte dos recursos coletados correntes (grupo 3.01.01), que é o valor das contribuições administrativas para os Planos de Contribuição Variável e o Plano de Benefício Definido I, previsto nos respectivos planos de custeios anuais realizados pelo atuário externo.

#### b. Investimentos

O Instituto utiliza-se de parte da rentabilidade para cobertura das despesas administrativas, de acordo com os planos de custeio anuais realizados pelo atuário externo e aprovados pelo Conselho Deliberativo, para os todos os planos de benefícios.

ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO (TAXA ADMINISTRATIVA)		
Descrição	2021	2020
Ativo Disponível	4	20
Realizável dos Investimentos	3.887.825	3.718.217
Exigível Operacional Investimentos	-2.373	-19.787
<b>Recursos Garantidores dos Planos</b>	<b>3.885.457</b>	<b>3.698.450</b>
<b>Limite Taxa Administrativa (1% dos RG)</b>	<b>38.855</b>	<b>36.984</b>
Custeio Administrativo Previdencial	8.509	7.954
Custeio Administrativo Investimentos	9.451	10.458
Taxa Administração Empréstimos	34	48
<b>Recursos Transferidos para PGA</b>	<b>17.994</b>	<b>18.460</b>
% Administração Previdencial	0,22%	0,22%
% Administração Investimentos	0,24%	0,28%
<b>% Taxa de Transferência p/ PGA</b>	<b>0,46%</b>	<b>0,50%</b>

No exercício de 2021 foi utilizada a **Taxa de Administração** para o limite anual que trata a legislação, determinada por ocasião do orçamento anual, que alcançou o percentual de 0,46% estando em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, art. 6º que fixou em 1% o limite anual da taxa de administração. No cálculo da taxa administrativa, além do custeio administrativo repassado para os planos, está incluso a taxa de administração de empréstimos.

### 3.10. Apropriações das Receitas (Adições) e Despesas (Deduções)

As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa e as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo de investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, exceto para o Plano Associativo Infraprev I – PAI I, relativo às contribuições e aos pagamentos de benefícios, que foram escriturados com base no regime de caixa, conforme faculta a Resolução nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, para os planos estruturados nas modalidades de contribuição definida de instituidores.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio foram reconhecidas contabilmente a partir da data em que as ações ficaram ex-dividendos, conforme determina a IN PREVIC nº 05, de 08 de setembro de 2011.

### 3.11. Premissas e Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos e no julgamento da Administração. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

As principais mensurações patrimoniais que utilizam premissas e estimativas por parte da Administração são: provisões para perdas de investimentos, o exigível contingencial, determinação de vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de determinação de tais premissas. O Instituto revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

## 4. DISPONÍVEL

Abaixo os valores das disponibilidades segregadas por caixa e banco.

Disponível	2021	2020
<b>CAIXA</b>	2	2
<b>Fundo Fixo Tesouraria</b>	2	2
<b>BANCOS CONTA MOVIMENTO</b>	5	20
<b>Banco do Brasil S/A</b>	3	9
<b>Banco Bradesco S/A</b>	1	1
<b>Banco Santander Brasil S/A</b>	1	10
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>22</b>

## 5. REALIZÁVEL

### 5.1. Realizável – Gestão Previdencial

Demonstramos abaixo os saldos das contas do realizável da gestão previdencial que registra os valores a receber dos planos como contribuições, adiantamentos, depósitos judiciais e outros realizáveis de natureza previdencial.

Gestão Previdencial	2021	2020
<b>Recursos a Receber</b>	7.861	8.219
<b>Contribuições do Mês</b>	7.861	8.219
<b>Patrocinador</b>	3.734	3.816
<b>INFRAERO</b>	2.739	3.767
<b>INFRAPREV</b>	44	3
<b>GARULHOS</b>	8	-
<b>NAV BRASIL</b>	935	-
<b>CONFINS</b>	4	6
<b>VIRACOPOS</b>	-	40
<b>SALVADOR BAHIA AIRPORT</b>	4	-
<b>Ativos</b>	4.084	4.217
<b>INFRAERO</b>	3.008	4.169
<b>INFRAPREV</b>	79	-
<b>GARULHOS</b>	7	-
<b>NAV BRASIL</b>	982	-
<b>CONFINS</b>	4	9
<b>VIRACOPOS</b>	-	39
<b>SALVADOR BAHIA AIRPORT</b>	4	-
<b>Autopatrocinaados</b>	33	175
<b>Participantes em BPD</b>	10	11
<b>Adiantamentos</b>	415	343
<b>Adiantamentos de Benefícios</b>	415	343
<b>Depósitos Judiciais/Recurais</b>	61	62
<b>Outros Realizáveis</b>	396	351
<b>Total</b>	<b>8.733</b>	<b>8.975</b>

## 5.2. Realizável – Gestão Administrativa

A composição do ativo realizável da gestão administrativa no valor de R\$ 2.550 (R\$ 5.900 em 2020), está demonstrada no quadro a seguir:

<b>Gestão Administrativa</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Contas a Receber</b>	1.104	919
<b>Contribuições para Custeio do mês <sup>(a)</sup></b>	797	644
<b>Responsabilidade de Empregados <sup>(c)</sup></b>	299	275
<b>Outros Recursos a Receber - Administrativa</b>	8	-
<b>Despesas Antecipadas</b>	128	240
<b>Depósitos Judiciais/Recursais <sup>(b)</sup></b>	28	3.453
<b>Custeio Administrativo dos Investimentos <sup>(c)</sup></b>	1.258	1.255
<b>Cobertura de Despesas Administrativas - Investimentos</b>	1.255	1.250
<b>Taxa de Administração de Empréstimos</b>	3	5
<b>Outros Realizáveis <sup>(c)</sup></b>	31	33
<b>Pagamentos por Conta de Terceiros</b>	31	33
<b>Total</b>	<b>2.550</b>	<b>5.900</b>

(a) Repasse dos planos de benefícios referente ao custeio previdencial para o plano de gestão administrativa no valor de R\$ 797 (R\$ 644 em 2020).

(b) Redução em Depósitos Judiciais/Recursais, pelo levantamento do depósito em março/2021 no valor total atualizado de R\$ \$ 4.024, referente ao Mandado de Segurança do processo que resultou na garantia do direito líquido e certo de não se submeter à cobrança do PIS e da COFINS no período de vigência da Lei 9.718/98.

(c) Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021:

- ✓ Reclassificado da conta Despesas Antecipadas, o valor de R\$ 275 do exercício de 2020 para efeito comparativo de 2021 para a nova conta contábil, Responsabilidade de Empregados.
- ✓ Reclassificado da conta outros realizáveis o valor de R\$ 1.255 do exercício de 2020 para efeito comparativo de 2021 para a nova conta contábil: Custeio Administrativo dos Investimentos.

## 5.3. Realizável de Investimentos

O Instituto realiza seus investimentos por meio de gestão direta (carteira própria) e gestão indireta (fundos de investimentos).



## Composição da Carteira Consolidada

Os investimentos do Infraprev encontram-se custodiados no Banco Bradesco S.A. A Carteira de Investimentos consolidada em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, está composta conforme discriminado a seguir:

INVESTIMENTOS	Plano CV		Plano BD I		Plano BD II		Plano PAI I		Plano PGA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>TÍTULOS PÚBLICOS</b>	2.347.448	1.780.892	82.343	70.983	12.841	10.893	-	-	-	42	2.442.633	1.862.810
Títulos Públicos Federais	2.347.448	1.780.892	82.343	70.983	12.841	10.893	-	-	-	42	2.442.633	1.862.810
Notas do Tesouro nacional	2.347.448	1.780.892	82.343	70.983	12.841	10.893	-	-	-	42	2.442.633	1.862.810
<b>ATIVO FINANCEIRO DE CRÉDITO PRIVADO</b>	126.910	124.042	987	1.143	316	325	-	-	13.768	6.253	141.981	131.763
Títulos Emitidos por Instituição Financeira	106.443	98.510	632	650	316	325	-	-	13.768	6.253	121.159	105.738
Letra Financeira - LF	105.385	97.479	632	650	316	325	-	-	6.873	-	113.206	98.454
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	6.895	6.253	6.895	6.253
Outros Títulos	1.059	1.031	-	-	-	-	-	-	-	-	1.059	1.031
Cadernetas de Poupança	1.059	1.031	-	-	-	-	-	-	-	-	1.059	1.031
Certificados de Recebíveis Imobiliários	4.285	4.802	-	-	-	-	-	-	-	-	4.285	4.802
Outras Aplicações em Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	16.182	20.730	355	493	-	-	-	-	-	-	16.537	21.223
Debêntures de Empresas S.A - Aberta	16.182	20.730	355	493	-	-	-	-	-	-	16.537	21.223
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	136.659	155.189	-	-	-	-	-	-	-	-	136.659	155.189
Ações	136.659	155.189	-	-	-	-	-	-	-	-	136.659	155.189
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	977.356	1.326.905	9.787	14.947	2.222	2.874	403	381	55.324	55.253	1.045.092	1.400.360
Fundos de Renda Fixa	119.130	260.822	4.659	5.052	1.396	1.203	274	345	42.565	49.217	168.024	316.639
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	7	184	1	17	-	1	-	-	1	6	9	208
Fundos de Ações	220.854	316.735	-	-	-	-	14	-	-	-	220.868	316.735
Fundo de Índice Referenciado em Ações - ETF	-	66.971	-	-	-	-	15	-	-	-	15	66.971
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	63.346	141.794	851	1.050	120	149	-	-	-	-	64.317	142.993
Fundos Multimercado	344.698	481.249	4.276	8.828	706	1.521	83	36	12.758	6.030	362.521	497.664
Fundos de Investimentos Imobiliário - FII	25.704	34.976	-	-	-	-	-	-	-	-	25.704	34.976
Fundo de Investimento no Exterior	203.617	24.174	-	-	-	-	17	-	-	-	203.634	24.174
<b>INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS</b>	119.712	142.956	-	-	-	-	-	-	-	-	119.712	142.956
<b>ALUGUEIS E RENDAS</b>	119.712	142.956	-	-	-	-	-	-	-	-	119.712	142.956
<b>LOCADAS A TERCEIROS</b>	119.712	142.956	-	-	-	-	-	-	-	-	119.712	142.956
Terrenos	72.434	99.014	-	-	-	-	-	-	-	-	72.434	99.014
Construções	46.341	42.962	-	-	-	-	-	-	-	-	46.341	42.962
Depreciações Acumuladas	-10.864	-13.174	-	-	-	-	-	-	-	-	-10.864	-13.174
Aluguéis a Receber	937	980	-	-	-	-	-	-	-	-	937	980
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	70.007	85.752	724	816	109	119	-	-	-	-	70.840	86.687
<b>TODOS OS INVESTIMENTOS</b>	<b>3.778.092</b>	<b>3.615.736</b>	<b>93.841</b>	<b>87.889</b>	<b>15.488</b>	<b>14.211</b>	<b>403</b>	<b>381</b>	<b>69.092</b>	<b>61.548</b>	<b>3.956.917</b>	<b>3.779.765</b>

A partir de 1º de janeiro de 2011, o Infraprev adotou para os seus investimentos a estrutura multifundo, situação que caracteriza uma gestão individualizada dos recursos por plano de benefícios indicando que os ativos não estão investidos de forma coletiva.

A metodologia e os critérios adotados na segregação real dos ativos, direitos e obrigações de cada plano de benefícios, tomou por base a posição patrimonial correspondente ao mês de dezembro do exercício imediatamente anterior. A partir de então a movimentação dos fluxos primários, ou seja, arrecadação e pagamento de benefícios são feitos de forma segregada mantendo-se a independência do patrimônio e dos investimentos.

## 5.3.1. Plano de Contribuição Variável – Plano CV

INVESTIMENTOS	Plano CV	
	2021	2020
<b>TÍTULOS PÚBLICOS</b>	2.347.448	1.780.892
Títulos Públicos Federais	2.347.448	1.780.892
Notas do Tesouro nacional	2.347.448	1.780.892
<b>ATIVO FINANCEIRO DE CRÉDITO PRIVADO</b>	126.910	124.042
Títulos Emitidos por Insituição Financeira	106.443	98.510
Letra Financeira - LF	105.385	97.479
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	-	-
Outros Títulos	1.059	1.031
Cadernetas de Poupança	1.059	1.031
Certificados de Recebíveis Imobiliários	4.285	4.802
Debêntures	16.182	20.730
Debêntures de Empresas S.A - Aberta	16.182	20.730
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	136.659	155.189
Ações	136.659	155.189
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	977.356	1.326.905
Fundos de Renda Fixa	119.130	260.822
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	7	184
Fundos de Ações	220.854	316.735
Fundo de Índice Referenciado em Ações - ETF	-	66.971
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	63.346	141.794
Fundos Multimercado	344.698	481.249
Fundos de Investimentos Imobiliário - FII	25.704	34.976
Fundo de Investimento no Exterior	203.617	24.174
<b>INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS</b>	119.712	142.956
<b>ALUGUEIS E RENDAS</b>	119.712	142.956
<b>LOCADAS A TERCEIROS</b>	119.712	142.956
Terrenos	72.434	99.014
Construções	46.341	42.962
Depreciações Acumuladas	-10.864	-13.174
Aluguéis a Receber	937	980
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	70.007	85.752
<b>TODOS OS INVESTIMENTOS</b>	<b>3.778.092</b>	<b>3.615.736</b>

## Composição dos Fundos de Investimento do Plano CV

Nome do Fundo	Plano CV	
	2021	2020
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>977.356</b>	<b>1.326.905</b>
<b>Fundos de Renda Fixa</b>	<b>119.130</b>	<b>260.822</b>
Bradesco DI Premium	17.186	72.900
Safra Capital Market Premium FIC de FIRF	7.191	64.247
Icatu Vanguarda FIRF	70.348	52.153
Santander FIC FI Inst RF Referenciado DI	24.405	71.522
<b>Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC</b>	<b>7</b>	<b>184</b>
Multisetorial MASTER	-	164
Multisetorial MASTER II	7	20
<b>Fundos de Ações</b>	<b>220.854</b>	<b>316.735</b>
VISTA FIA FIA	46.487	-
MOAT Capital FICFIA	49.704	61.879
PATRIA PIPE FICFIA	29.978	44.194
Vinci Gas Dividendos FIA	-	36.839
CONSTELL INST FIA	43.148	59.120
NEO NAVITAS FIA	-	52.594
BOGARI Val. FICFIA	51.537	62.109
<b>Fundo de Índice Referenciado em Ações - ETF</b>	<b>-</b>	<b>66.971</b>
ISHARES IBOVESPA SMAL CI	-	60.985
ISHARES IBOVESPA Fundo de Índice	-	5.986
<b>Fundo de Investimentos em Participações - FIP</b>	<b>63.346</b>	<b>141.794</b>
FIP Brasil Energia <sup>(a)</sup>	-	138
FIP Florestas do Brasil <sup>(b)</sup>	26.782	30.115
FIP Florestas do Brasil 2ª Emissão <sup>(b)</sup>	5.011	5.634
FIP Multiner <sup>(c)</sup>	-22	-34
FIP Multiner 2ª Emissão <sup>(c)</sup>	-18	-27
FIP Multiner 3ª Emissão <sup>(c)</sup>	-6	-9
FIP Multiner 7ª Emissão <sup>(c)</sup>	-	-2
FIP Multiner 8ª Emissão <sup>(c)</sup>	-1	-4
FIP Riviera GR Industrial <sup>(d)</sup>	8.514	23.541
FIP Kinea II Private Equity	4.975	5.004
FIQ FIP Hamilton Lane <sup>(i)</sup>	4.230	6.257
FIP Brasil Equity Properties FIP <sup>(e)</sup>	-4.489	-883
FIP Crescera Educacional II <sup>(f)</sup>	-	55.766
P2 BR INFRA-ESTRUTURA III FIC FIP <sup>(g)</sup>	14.650	11.736
Gavea Institucional FIC FIP <sup>(h)</sup>	3.720	4.562
<b>Fundos Multimercado</b>	<b>344.698</b>	<b>481.249</b>
HAWKER FIM Crédito Privado	33.222	57.606
AZ QUEST Multi Fundo de Investimento	-	58.117
CLARITAS Long Short FIC de FIM	-	29.606
IBIUNA HEDGE FIC FIM	80.313	-
IBIUNA LONG SHORT STLS FIC de FIM	-	17.159
Vinci Multiestratégia FIM	374	80.638
APEX EQ HED FIM	44.322	-
KAPITALO KAP X FIC DE FIM	-	28.596
NAVI Long Short FIC de FIM	50.087	41.058
GAUSS ADV FIC FIM	24.912	-
GIANT ZARATHUSTRA II FIC FIM	32.405	-
BAHIA MARAU FIC de FIM	-	35.354
OCCAM Retorno Absoluto FIM	76.409	52.755
OCCAM Institucional FIC FIM II	2.654	80.360
<b>Fundos de Investimentos Imobiliário - FII</b>	<b>25.704</b>	<b>34.976</b>
FI Imobiliário Via Parque Shopping	4.619	10.630
FI Imobiliário Panamby <sup>(d)</sup>	649	813
FI Imobiliário Maxi Renda	9.737	10.203
FI Imobiliário XP LOG	10.699	13.330
<b>Fundo de Investimento no Exterior</b>	<b>203.617</b>	<b>24.174</b>
FI ISHARES S&P 500 ETF	33.786	24.174
MS GLOB OPPADV FIAIE	72.069	-
MS GLOBAL MASTER FIA	63.400	-
MAG SUSTAINABL FIMIE	34.362	-
<b>TODOS OS INVESTIMENTOS EM FUNDOS</b>	<b>977.356</b>	<b>1.326.905</b>

## 5.3.2. Plano I de Benefício Definido (Saldado) – BD I

INVESTIMENTOS	Plano BD I	
	2021	2020
<b>TÍTULOS PÚBLICOS</b>	82.343	70.983
Títulos Públicos Federais	82.343	70.983
Notas do Tesouro nacional	82.343	70.983
<b>ATIVO FINANCEIRO DE CRÉDITO PRIVADO</b>	987	1.143
Títulos Emitidos por Insituição Financeira	632	650
Letra Financeira - LF	632	650
Debêntures	355	493
Debêntures de Empresas S.A - Aberta	355	493
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	9.787	14.947
Fundos de Renda Fixa	4.659	5.052
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	1	17
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	851	1.050
Fundos Multimercado	4.276	8.828
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	724	816
<b>TODOS OS INVESTIMENTOS</b>	<b>93.841</b>	<b>87.889</b>

## Composição dos Fundos de Investimento do Plano BD I

Nome do Fundo	Plano BD I	
	2021	2020
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>9.787</b>	<b>14.947</b>
Fundos de Renda Fixa	4.659	5.052
Bradesco DI Premium	634	807
Icatu Vanguarda FIRF	3.811	3.635
Santander FIC FI Inst RF Referenciado DI	214	610
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	1	17
Multisetorial MASTER	-	15
Multisetorial MASTER II	1	2
Fundo de Índice Referenciado em Ações - ETF	-	-
ISHARES IBOVSPA Fundo de Índice	-	-
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	851	1.050
FIP Brasil Energia <sup>(a)</sup>	-	5
FIP Florestas do Brasil <sup>(b)</sup>	946	1.064
FIP Multiner <sup>(c)</sup>	-	-1
FIP Brasil Equity Properties FIP <sup>(e)</sup>	-95	-18
Fundos Multimercado	4.276	8.828
HAWKER FIM Crédito Privado	421	733
AZ QUEST Multi Fundo de Investimento	-	2.040
IBIUNA HEDGE FIC FIM	566	-
Vinci Multiestratégia FIM	853	2.019
APEX EQ HED FIM	298	-
NAVI Long Short FIC de FIM	342	2.028
GAUSS ADV FIC FIM	170	-
GIANT ZARATHUSTRA II FIC FIM	231	-
OCCAM Retorno Absoluto FIM	527	-
OCCAM Institucional FIC FIM II	868	2.008
<b>TODOS OS INVESTIMENTOS EM FUNDOS</b>	<b>9.787</b>	<b>14.947</b>

## 5.3.3. Plano II de Benefício Definido – BD II

INVESTIMENTOS	Plano BD II	
	2021	2020
<b>TÍTULOS PÚBLICOS</b>	12.841	10.893
Títulos Públicos Federais	12.841	10.893
Notas do Tesouro nacional	12.841	10.893
<b>ATIVO FINANCEIRO DE CRÉDITO PRIVADO</b>	316	325
Títulos Emitidos por Insituição Financeira	316	325
Letra Financeira - LF	316	325
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	2.222	2.874
Fundos de Renda Fixa	1.396	1.203
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	-	1
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	120	149
Fundos Multimercado	706	1.521
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	109	119
<b>TODOS OS INVESTIMENTOS</b>	<b>15.488</b>	<b>14.211</b>

## Composição dos Fundos de Investimento do Plano BD II

Nome do Fundo	Plano BD II	
	2021	2020
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>2.222</b>	<b>2.874</b>
Fundos de Renda Fixa	1.396	1.203
Bradesco DI Premium	325	482
Icatu Vanguarda FIRF	545	519
Santander FIC FI Inst RF Referenciado DI	526	202
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	-	1
Multisetorial MASTER	-	1
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	120	149
FIP Brasil Energia <sup>(a)</sup>	-	1
FIP Florestas do Brasil <sup>(b)</sup>	134	151
FIP Brasil Equity Properties FIP <sup>(e)</sup>	-14	-3
Fundos Multimercado	706	1.521
HAWKER FIM Crédito Privado	62	108
AZ QUEST Multi Fundo de Investimento	-	203
IBIUNA HEDGE FIC FIM	56	-
Vinci Multiestratégia FIM	214	505
APEX EQ HED FIM	30	-
NAVI Long Short FIC de FIM	34	203
GAUSS ADV FIC FIM	17	-
GIANT ZARATHUSTRA II FIC FIM	23	-
OCCAM Retorno Absoluto FIM	53	-
OCCAM Institucional FIC FIM II	217	502
<b>TODOS OS INVESTIMENTOS EM FUNDOS</b>	<b>2.222</b>	<b>2.874</b>

## 5.3.4. Plano Associativo Infraprev I - PAI I e PGA

## Composição dos Fundos de Investimento do Plano PAI I

Nome do Fundo	Plano PAI I	
	2021	2020
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>403</b>	<b>381</b>
<b>Fundos de Renda Fixa</b>	<b>274</b>	<b>345</b>
Bradesco FI RF Referenciado DI Federal Extra	-	326
Icatu Vanguarda FIRF	38	19
Santander FIC FI Inst RF Referenciado DI	236	-
<b>Fundos de Ações</b>	<b>14</b>	<b>-</b>
VISTA FIA FIA	14	-
<b>Fundo de Índice Referenciado em Ações - ETF</b>	<b>15</b>	<b>-</b>
ISHARES IBOVSPA Fundo de Índice	15	-
<b>Fundos Multimercado</b>	<b>83</b>	<b>36</b>
IBIUNA HEDGE FIC FIM	11	-
Vinci Multiestratégia FIM	18	18
APEX EQ HED FIM	11	-
NAVI Long Short FIC de FIM	13	-
OCCAM Retorno Absoluto FIM	11	-
OCCAM Institucional FIC FIM II	19	18
<b>Fundo de Investimento no Exterior</b>	<b>17</b>	<b>-</b>
MS GLOB OPPADV FIAIE	17	-
<b>TODOS OS INVESTIMENTOS EM FUNDOS</b>	<b>403</b>	<b>381</b>

## 5.3.5. Plano de Gestão Administrativa – PGA

INVESTIMENTOS	Plano PGA	
	2021	2020
<b>TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>-</b>	<b>42</b>
<b>Títulos Públicos Federais</b>	<b>-</b>	<b>42</b>
Notas do Tesouro nacional	-	42
<b>ATIVO FINANCEIRO DE CRÉDITO PRIVADO</b>	<b>13.768</b>	<b>6.253</b>
<b>Títulos Emitidos por Insituição Financeira</b>	<b>13.768</b>	<b>6.253</b>
Letra Financeira - LF	6.873	-
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	6.895	6.253
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>55.324</b>	<b>55.253</b>
Fundos de Renda Fixa	42.565	49.217
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	1	6
Fundos Multimercado	12.758	6.030
<b>TODOS OS INVESTIMENTOS</b>	<b>69.092</b>	<b>61.548</b>

## Composição dos Fundos de Investimento do Plano Gestão Administrativa-PGA

Nome do Fundo	Plano PGA	
	2021	2020
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>55.324</b>	<b>55.253</b>
<b>Fundos de Renda Fixa</b>	<b>42.565</b>	<b>49.217</b>
Bradesco FI RF Referenciado DI Federal Extra	-	13.863
Bradesco DI Premium	24.223	17.518
Santander FIC FI Inst RF Referenciado DI	18.342	17.836
<b>Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC</b>	<b>1</b>	<b>6</b>
Multisetorial MASTER	-	5
Multisetorial MASTER II	1	1
<b>Fundos Multimercado</b>	<b>12.758</b>	<b>6.030</b>
Vinci Multiestratégia FIM	4.638	3.017
OCCAM Institucional FIC FIM II	8.120	3.013
<b>TODOS OS INVESTIMENTOS EM FUNDOS</b>	<b>55.324</b>	<b>55.253</b>

## 5.3.5. Composição dos Fundos de Investimentos - Consolidado

Nome do Fundo	CONSOLIDADO	
	2021	2020
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>1.045.092</b>	<b>1.400.360</b>
<b>Fundos de Renda Fixa</b>	<b>168.024</b>	<b>316.639</b>
Bradesco FI RF Referenciado DI Federal Extra	-	14.189
Bradesco DI Premium	42.368	91.707
Safra Capital Market Premium FIC de FIRF	7.191	64.247
Icatu Vanguarda FIRF	74.742	56.326
Santander FIC FI Inst RF Referenciado DI	43.723	90.170
<b>Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC</b>	<b>9</b>	<b>208</b>
Multisetorial MASTER	-	185
Multisetorial MASTER II	9	23
<b>Fundos de Ações</b>	<b>220.868</b>	<b>316.735</b>
VISTA FIA FIA	46.501	-
MOAT Capital FICFIA	49.704	61.879
PATRIA PIPE FICFIA	29.978	44.194
Vinci Gas Dividendos FIA	-	36.839
CONSTELL INST FIA	43.148	59.120
NEO NAVITAS FIA	-	52.594
BOGARI Val. FICFIA	51.537	62.109
<b>Fundo de Índice Referenciado em Ações - ETF</b>	<b>15</b>	<b>66.971</b>
ISHARES IBOVESPA SMAL CI	-	60.985
ISHARES IBOVESPA Fundo de Índice	15	5.986
<b>Fundo de Investimentos em Participações - FIP</b>	<b>64.317</b>	<b>142.993</b>
FIP Brasil Energia <sup>(a)</sup>	-	144
FIP Florestas do Brasil <sup>(b)</sup>	27.862	31.330
FIP Florestas do Brasil 2ª Emissão <sup>(b)</sup>	5.011	5.634
FIP Multiner <sup>(c)</sup>	-22	-35
FIP Multiner 2ª Emissão <sup>(c)</sup>	-18	-27
FIP Multiner 3ª Emissão <sup>(c)</sup>	-6	-9
FIP Multiner 7ª Emissão <sup>(c)</sup>	-	-2
FIP Multiner 8ª Emissão <sup>(c)</sup>	-1	-4
FIP Riviera GR Industrial <sup>(d)</sup>	8.514	23.541
FIP Kinea II Private Equity	4.975	5.004
FIQ FIP Hamilton Lane <sup>(i)</sup>	4.230	6.257
FIP Brasil Equity Properties FIP <sup>(e)</sup>	-4.598	-904
FIP Crescera Educacional II <sup>(f)</sup>	-	55.766
P2 BR INFRA-ESTRUTURA III FIC FIP <sup>(g)</sup>	14.650	11.736
Gavea Institucional FIC FIP <sup>(h)</sup>	3.720	4.562
<b>Fundos Multimercado</b>	<b>362.521</b>	<b>497.664</b>
HAWKER FIM Crédito Privado	33.705	58.447
AZ QUEST Multi Fundo de Investimento	-	60.360
CLARITAS Long Short FIC de FIM	-	29.606
IBIUNA HEDGE FIC FIM	80.946	-
IBIUNA LONG SHORT STLS FIC de FIM	-	17.159
Vinci Multiestratégia FIM	6.097	86.197
APEX EQ HED FIM	44.661	-
KAPITALO KAP X FIC DE FIM	-	28.596
NAVI Long Short FIC de FIM	50.476	43.289
GAUSS ADV FIC FIM	25.099	-
GIANT ZARATHUSTRA II FIC FIM	32.659	-
BAHIA MARAU FIC de FIM	-	35.354
OCCAM Retorno Absoluto FIM	77.000	52.755
OCCAM Institucional FIC FIM II	11.878	85.901
<b>Fundos de Investimentos Imobiliário - FII</b>	<b>25.704</b>	<b>34.976</b>
FI Imobiliário Via Parque Shopping	4.619	10.630
FI Imobiliário Panamby <sup>(d)</sup>	649	813
FI Imobiliário Maxi Renda	9.737	10.203
FI Imobiliário XP LOG	10.699	13.330
<b>Fundo de Investimento no Exterior</b>	<b>203.634</b>	<b>24.174</b>
FI ISHARES S&P 500 ETF	33.786	24.174
MS GLOB OPPADV FIAIE	72.086	-
MS GLOBAL MASTER FIA	63.400	-
MAG SUSTAINABL FIMIE	34.362	-
<b>TODOS OS INVESTIMENTOS EM FUNDOS</b>	<b>1.045.092</b>	<b>1.400.360</b>

- (a) **FIP BRASIL ENERGIA MULTIESTRATÉGIA (CNPJ: 07.032.374/001-38)** – Em razão do recebimento, em 01 de fevereiro de 2021, da parcela remanescente da alienação da companhia Gera Maranhão foi concluído, em 09 de fevereiro de 2021, o encerramento do Fundo.
- (b) **FLORESTAS DO BRASIL FIP MULTIESTRATÉGIA (CNPJ: 09.130.400/0001-96)** – Em 26 de fevereiro de 2021 foi concluída a transação de venda da Mistral Agroflorestal S.A. para o Grupo Ferroeste, por meio de uma de suas controladas, a Energia Viva Agroflorestal Ltda. Soma-se ao desinvestimento a celebração dos contratos definitivos de venda da integralidade dos ativos biológicos das investidas Corus e Caravelas à Suzano, resultando em reavaliação anual positiva dos ativos, com impacto, em 28/12/2021, de 43% na cota do Fundo. Com as referidas operações, o Infraprev recebeu ao longo do ano de 2021, a título de amortização e dividendos, o montante aproximado de R\$ 20mm. Além disso, foi realizada a redução parcial de capital da investida Caravelas.
- (c) **MULTINER FIP MULTIESTRATÉGIA (CNPJ: 27.644.368/0001-49)** – O Infraprev detém 13,06% das cotas emitidas pelo FIP Multiner, que possui 100% do seu Patrimônio Líquido investido em Multiner S.A. e Mesa S.A. (“Companhias”), empresas do setor elétrico que possuem projetos de energia eólica e térmica. A seguir são apresentados os principais acontecimentos nesse Fundo:
- Em 28/11/2018, a Planner, na qualidade de Administradora do Fundo, efetuou a contratação da empresa Thymos Energia para elaboração do laudo de avaliação econômico-financeira dos ativos investidos pelo FIP Multiner, com data-base em dezembro de 2017. Como resultado, o laudo de avaliação indicou que a companhia investida apresentava valor de mercado negativo em R\$ 521,2 milhões.
  - Dado o resultado negativo apontado, no dia 29/03/2019 a Administradora remarcou a ação da Multiner na carteira do Fundo ao valor de zero reais, gerando um impacto negativo de 100,72% na cota do dia.
  - Em novembro de 2019, a empresa Thymos Energia elaborou novo laudo de avaliação econômico-financeira dos ativos investidos pelo FIP Multiner, com data-base em dezembro de 2018. Como resultado, a companhia investida apresentou uma deterioração de seu valor de mercado, indicando o montante de R\$ 769,8 milhões negativo, devido ao aumento dos passivos contabilizados.
  - Em maio de 2020, a empresa Thoreos elaborou novo laudo de avaliação econômico-financeira dos ativos investidos pelo FIP Multiner, com data-base em dezembro de 2019. Como resultado a companhia investida apresentou uma deterioração de seu valor de mercado, indicando o montante de R\$ 801,5 milhões negativo, devido ao aumento dos passivos contabilizados.



- Destaca-se que o Fundo possui despesas ordinárias contabilizadas para sua manutenção. Dessa maneira, desde março de 2019, a carteira do FIP passou a apresentar patrimônio líquido negativo e para atendimento a legislação, em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM nº 555/2014, o Infraprev vem realizando aportes de capital para a cobertura das despesas ordinárias comprovadas e exclusivas do FIP, conforme chamadas de capital compulsórias realizadas pela Administradora. Até o encerramento do ano de 2021 já foram realizadas 10 (dez) chamadas de capital compulsórias (16/07/2019, 30/09/2019, 13/12/2019, 07/04/2020, 14/08/2020, 21/09/2020, 18/12/2020, 28/05/2021, 26/11/2021 e 28/12/2021), totalizando o montante aportado pelo Infraprev de R\$ 1,82 milhão.
- (d) **FIP Riviera GR Industrial (INDUSTRIAL PARKS BRASIL FIP MULTISTRATÉGIA – CNPJ: 10.214.548/0001-98)** – Durante o mês de fevereiro de 2021 foi aprovado o desinvestimento dos ativos performados do Fundo (GR Guarulhos, Régis e Hortolândia). Superadas as condições precedentes, no dia 18 de março de 2021 foi concluída a venda dos referidos empreendimentos, com o consequente recebimento da primeira parcela do pagamento, restando a 2ª parcela a ser paga em março de 2022, observadas as condições descritas no contrato de compra e venda. O Fundo ainda possui um ativo investido.
- (e) **BRASIL EQUITY PROPERTIES FIP (CNPJ: 08.999.182/0001-68)** – O Infraprev possui participação de 13,28% no Fundo que apresenta Patrimônio Líquido investido em Sociedades de Propósitos Específicos (“SPE”) do setor imobiliário. O Fundo se encontra com Patrimônio Líquido negativo. Em 12 de novembro de 2021, o Administrador remarcou as cotas do Fundo, com base dezembro de 2020, gerando um impacto negativo de 274% na carteira.
- (f) **CRESCERA EDUCACIONAL II FIP (CNPJ: 20.147.173/0001-44)** – Em junho de 2021, a Crescera, Gestora do Fundo, notificou a Afya, única empresa investida, quanto ao fato relevante de venda da totalidade de suas 23.074.134 ações ordinárias Classe B para uma afiliada da Bertelsmann SE & Co. KGaA. Após superadas as condições precedentes, a venda foi concluída, resultando no encerramento do Fundo em agosto de 2021.
- (g) **P2 BR INFRAESTRUTURA III FIC FIP (PÁTRIA BRASIL INFRAESTRUTURA III FIC FIP - CNPJ: 17.870.798/0001-25)** - O Infraprev possui participação de 4,26% no Fundo, cujo objetivo é investir nos segmentos de infraestrutura através de outros veículos geridos pelo próprio Pátria Investimentos. Dentre os acontecimentos ao longo do ano de 2021, destaca-se a venda de uma empresa investida, Vogel, bem como dos eventos de remarcação das cotas do Fundo. As empresas investidas são reavaliadas trimestralmente pela Gestora, sendo a reavaliação anual de responsabilidade de avaliador independente. A reprecificação anual dos ativos à valor justo, com base dezembro 2021, foi elaborada pela empresa independente Duff & Phelps, acarretando uma valorização de 5,13% nas cotas do Fundo. O principal *driver* foi a reavaliação da empresa Odata.
- (h) **GÁVEA INSTITUCIONAL FIC FIP - CLASSE A (CNPJ: 19.997.628/0001-31)** - O Infraprev possui participação de 24,02% no Fundo, com tese genérica, sendo permitido investir em diversos setores que apresentem oportunidades. Em 23 de abril de 2021, a investida GPS passou a ter suas ações negociadas em bolsa. Desde seu IPO até fechamento do ano de 2021, a ação rentabilizou 33,76%. A oferta foi 50% secundária, de forma que o fundo Gávea V, fundo investido, vendeu parte de sua posição, amortizando ao Infraprev, aproximadamente, R\$1mm. Por sua vez, em dezembro de 2021 foi realizada a reavaliação anual dos ativos investidos, cujo laudo foi elaborado pela Gestora, Gávea Investimentos, e criticado/auditado pelos auditores dos fundos investidos, EY, conforme permitido pela legislação vigente. O resultado foi um impacto negativo de 1,82% no patrimônio líquido do Fundo.

- (i) **FIQ FIP Hamilton Lane (SIGNAL CAPITAL I FIC FIP - CNPJ: 15.711.200/0001-20)** - Dentre os acontecimentos ao longo do ano de 2021, destacam-se os desinvestimentos parcial/total que resultaram em amortização ao Infraprev na ordem de R\$2,6mm, sendo: (i) IPO do Grupo GPS, investida do fundo Gávea V, com venda parcial da participação; (ii) venda de Cabo Videomar para Grainem, uma transação que retornou até o momento R\$47 milhões, 3,2x do capital investido pelo Signal Capital I; e (iii) venda total da participação detida pelo Crescera Educacional II FIP na investida Afya.

### 5.3.6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de Ativos

O Instituto constituiu provisão para perdas na realização dos elementos do seu Ativo de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020.

#### Créditos Privados e Depósitos

##### a. Debêntures Não Conversíveis - Empresa ALCAR Empreendimentos e Participações

Debêntures adquiridas em dezembro/1998 e provisionadas para perda em dezembro de 2003 na sua totalidade, por motivo de descumprimento da empresa em honrar seus pagamentos. Em 2021, o saldo contabilizado é de R\$ 5.311 (R\$ 5.311 em 2020).

Trata-se de 140 debêntures não conversíveis, adquiridas em 04/12/1998, com declaração de vencimento antecipado, emitidas pelo Agente Fiduciário Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., cujo pagamento deixou de ocorrer na data de 29/04/2002, conforme previsto nos termos da Escritura de Emissão e respectivos aditamentos.

Em 24 de novembro de 2003 foi proposta ação de execução no valor de R\$ 5.311, pelo agente fiduciário, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, que visa o pagamento de débito oriundo de contrato de emissão de debentures, bem como seja acrescido ao montante devido, juros moratórios, multa e valores despendidos pelo Infraprev. O processo tramita na 9ª Vara Cível de São Paulo, sob o nº. 0148422-06.2003.8.26.0100 e encontra-se em regular andamento perante o Juízo, sendo que, inclusive, em 2019 foi realizada a constrição de créditos de previdência privada do executado perante o Banco Santander no valor de R\$ 16. Conforme informado pelo assessor jurídico responsável pela condução do referido processo, o valor atualizado da execução, em 31.12.2019, é de R\$ 43.773.

Em 2021, o processo encontrava-se aguardando a localização de bens suficientes para a satisfação dos créditos.

##### b. Debêntures Não Conversíveis - Empresa CEL Participações Ltda.

Debêntures adquiridas nos meses de março, junho, julho, agosto e setembro de 1998 e provisionadas para perda em 100% do seu valor em dezembro de 2004 por motivo de descumprimento da empresa em honrar seus pagamentos. Em 2021 o saldo contabilizado é de R\$ 14.159 (R\$ 14.159 em 2020).

Em 02 de agosto de 2001, foi proposta ação de execução em face de Cel Participações S/A - CELPAR, Liceu Franco Brasileiro S/A e Centro Educacional da Lagoa em razão do inadimplemento do pagamento dos valores devidos pela Escritura de Emissão de Debêntures para a aquisição do 2º Réu pelo CELPAR e pelo CEL, exigindo o valor de R\$ 14.159.

O processo tramita na 20ª Vara Cível do Rio de Janeiro – RJ, sob o nº 0091283-68.2001.8.19.0001 e encontra-se em regular andamento perante o Juízo. E em 2020, foi deferida penhora de alguns bens e de 5% da renda mensal líquida do 2º e 3º executados, CEL e Liceu Franco Brasileiro, e determinada a realização de prova técnica pericial para apuração do montante a ser mensalmente bloqueado.

Em 2021, o processo encontrava-se aguardando a realização da perícia.

**c. Cédulas de Créditos Bancários – Empresa Eletrodireto S.A.**

Títulos adquiridos em junho de 2006 das Cédulas de Créditos Bancários (CCB) de nºs. 118/06, 119/06, 120/06, 121/06, 122/06 e 123/06, emitidas pela Eletrodireto S.A., por intermédio do Banco Prosper, com vencimentos previstos para maio e junho/2009. e provisionados para perda em 100% do seu valor em março de 2008.

Registra-se que em 19 de maio de 2008 foi decretada a falência ELETRODIRETO - Processo nº 0007476-80.2007.8.26.0152, em trâmite na 3ª Vara Cível da Comarca de Cotia - SP, tendo sido promovida a habilitação de crédito no valor de R\$ 16.300, de titularidade do Infraprev com a inclusão no quadro geral de credores do processo falimentar.

Contudo, anteriormente à Declaração de Falência da emitente, o Infraprev adotou as providências necessárias à defesa de seus interesses e distribuiu, em 21 de setembro de 2007, Ação de Execução contra os Avalistas da Operação, em trâmite na 4ª Vara Cível de São Paulo, sob o nº 0228369-70.2007.8.26.0100, tendo em vista a frustração do pedido de Recuperação Judicial apresentado em 04 de julho de 2007.

Nesta ação foram penhoradas ações da ITAUSA que foram vendidas em leilão, tendo sido o valor já atualizado, de R\$ 490, depositado na conta do INFRAPREV em 15 de dezembro de 2017.

Em 2021, o processo continua aguardando a localização de bens suficientes para a satisfação dos créditos. E o saldo contábil provisionado é de R\$ 16.954 (R\$ 16.954 em 2020).

**d. Debêntures Não Conversíveis - Empresa Universidade Luterana do Brasil – ULBRA**

O Infraprev obteve 191 Debêntures provenientes do resgate total do fundo BB Infraprev Atuarial Plus Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, ingressadas na carteira de investimentos do Instituto em julho de 2008 e provisionadas 100% para perda, por motivo de descumprimento da empresa em honrar seus pagamentos.

Em 24 de abril de 2009 o agente fiduciário, Planner Corretora de Valores S/A, propôs em face da ULBRA Recebíveis S/A, Ação cautelar de arresto, Processo nº 0141772-30.2009.8.26.0100, em trâmite na 1ª Vara Cível de São Paulo, cujo objeto é o arresto de bens necessários para garantir a solvência da dívida assumida perante os debenturistas no valor de R\$ 115.939 mil.

Posteriormente, em 15 de setembro de 2009, foi proposta Ação de Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 0194915-31.2009.8.26.0100, pelos debenturistas representados pela Planner Corretora de Valores S/A no valor de R\$ 120.386 em decorrência do descumprimento das Obrigações assumidas na Escritura de Emissão de Debêntures. Os referidos processos encontram-se em regular tramitação perante a 1ª Vara Cível de São Paulo,). Em 06 de maio de 2019, a ULBRA ajuizou, perante o Juízo da 4ª Vara Cível de Canoas/RS, pedido de Recuperação Judicial, cujo processo foi autuado sob o nº 5000451-37.2019.8.21.008.

E, em 17 de fevereiro de 2020 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, ficando o processo aguardando a publicação da nova relação de credores.

Em 20 de dezembro de 2021 foi concedida à AELBRA a Recuperação Judicial, sendo homologado o PRJ apresentado pela Recuperada. O saldo contábil provisionado no exercício de 2021 é de R\$ 112 (R\$ 112 em 2020).

**e. Debêntures Não Conversíveis – Cia Aberta Construtora SULTEPA S/A**

Trata-se de 440 de um total de 2.350 Debêntures Não Conversíveis da Terceira Emissão, adquiridas em 15 de julho de 1997, emitidas pelo Agente Fiduciário PLANNER Corretora de Valores S.A. Houve declaração de Vencimento Antecipado, emitida pelo Agente Fiduciário, com fulcro na cláusula 3.20, alínea "c" do Instrumento Particular de Escritura, por conta do não pagamento da parcela vencida em agosto de 2014, conforme previsto nos termos da Escritura de Emissão e respectivos aditamentos.

Em decorrência da inadimplência, em 05 de março de 2014, foi proposta ação de execução, Processo nº 0000840-69.2014.8.21.0095, em face da construtora Sultepa, destinada à expropriação das garantias. E em 06 de julho de 2015, a Executada requereu sua recuperação judicial com apresentação de plano de recuperação, autuado sob o Processo nº 0163234-77.2015.8.21.0001, em trâmite na Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Porto Alegre/RS. Esta provisão foi constituída inicialmente em outubro de 2014 e o seu saldo contábil provisionado em de 2021 é de R\$ 13.357 (R\$ 13.357 em 2020).

Com a superveniência do deferimento da Recuperação Judicial do Grupo Sultepa, já concedida, com plano de recuperação judicial homologado, cujo cumprimento apenas não se iniciou em decorrência de se aguardar o julgamento, pelo STJ, de Embargos Declaratórios opostos nos autos do Recurso Especial, pelo Banco do Brasil, discussões de ordem processual no âmbito da execução de título extrajudicial e da ação de prestação de contas perderam força, haja vista que o crédito objeto dessas ações não estão excepcionados como créditos extraconcursais, a teor do disposto no artigo 49 da Lei nº 11.101/2005, se submetendo, portanto, à Recuperação Judicial, essa, por sua vez, conferindo natureza de novação ao crédito (artigo 49 da Lei nº 11.101/2005). Assim, há provável perda de objeto das ações judiciais, por esse motivo o prognóstico de risco foi reclassificado como perda "provável".

### Ações

#### a. Ações à Vista – Empresa Américas Empreendimentos Artísticos S/A.

Essas ações foram adquiridas em junho de 1997 e provisionadas, por motivo de insolvência da empresa, em 100% do seu valor em dezembro de 2001. O saldo provisionado é de R\$ 3.102 para os exercícios de 2021 (R\$ 3.102 em 2020).

### 5.3.7. Marcação de Títulos - Negociação e Mantidos até o Vencimento

	2021	2020
<b>TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO</b>	<b>1.427.635</b>	<b>1.869.021</b>
<b>Títulos do Governo Federal</b>	<b>1.420.739</b>	<b>1.862.768</b>
Notas do Tesouro Nacional	1.420.739	1.862.768
<b>Títulos Privados</b>	<b>6.895</b>	<b>6.253</b>
Depósito a Prazo com Garantia Especial <sup>(a)</sup>	6.895	6.253
<b>TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>	<b>1.292.579</b>	<b>279.710</b>
<b>Títulos do Governo Federal</b>	<b>1.021.893</b>	<b>42</b>
Notas do Tesouro Nacional	1.021.893	42
<b>Títulos Privados</b>	<b>134.027</b>	<b>124.479</b>
Certificado de Recebíveis Imobiliários-CRI	4.285	4.802
Debêntures Não Conversíveis de Cias Abertas	16.537	21.223
Letras Financeiras de Instituições Financeiras	113.206	26.176
Letras Financeiras de Instituições Financeiras -Subordinadas	-	72.278
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>136.659</b>	<b>155.189</b>
Mercado de Ações a Vista	136.659	155.189
<b>TOTAL</b>	<b>2.720.214</b>	<b>2.148.731</b>

(a) Depósito a Prazo com Garantia Especial – Títulos adquiridos para o Plano de Gestão Administrativa-PGA em maio/2020, antes da entrada em vigor da nova legislação, Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, que entrou em vigor a partir de setembro/2021, conforme:

*“Art. 30 - § 5º A entidade pode manter registrados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" os títulos e valores mobiliários da carteira própria, da carteira administrada ou dos fundos de investimentos exclusivos assim classificados antes da entrada em vigor desta Resolução”.*

### Títulos Mantidos até o vencimento – Por Planos

Os títulos mantidos até o vencimento possuem como objetivo proteger a parcela correspondente às obrigações futuras dos planos de benefício do Instituto. Dessa forma, a marcação desses títulos na curva deve estar aderente a capacidade financeira do Instituto, em virtude do cumprimento de seus compromissos atuariais, e a intenção de carregar esses ativos até seus vencimentos.

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO		Plano CV		Plano BD I		Plano BD II		Plano PGA		CONSOLIDADO	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativo	Vencimentos										
NTN-F	01/01/2021	-	3.420	-	131	-	25	-	-	-	3.576
NTN-B	15/08/2022	64.124	58.169	2.885	2.600	-	-	-	-	67.009	60.769
NTN-F	01/01/2023	25.715	25.555	1.256	1.253	31	30	-	-	27.002	26.838
NTN-B	15/05/2023	18.887	17.022	-	-	-	-	-	-	18.887	17.022
NTN-B	15/05/2024	-	-	4.387	-	-	-	-	-	4.387	-
NTN-B	15/08/2024	134.412	120.824	3.699	7.236	1.397	1.250	-	-	139.507	129.310
NTN-F	01/01/2025	14.224	13.946	-	-	-	-	-	-	14.224	13.946
NTN-B	15/08/2026	38.599	34.969	-	-	-	-	-	-	38.599	34.969
NTN-B	15/08/2028	200.647	-	-	-	-	-	-	-	200.647	-
NTN-B	15/08/2030	78.179	71.580	9.810	8.881	497	449	-	-	88.486	80.910
NTN-B	15/05/2035	203.191	163.356	153	138	1.621	1.462	-	-	204.966	164.956
NTN-B	15/08/2040	9.030	91.335	18.888	17.110	2.887	2.617	-	-	30.805	111.062
NTN-B	15/05/2045	235.122	411.747	17.355	15.696	2.706	2.448	-	-	255.183	429.891
NTN-B	15/08/2050	308.373	627.629	19.785	17.938	2.881	2.612	-	-	331.038	648.179
NTN-B	15/05/2055	-	141.340	-	-	-	-	-	-	-	141.340
DPGE	06/05/2022	-	-	-	-	-	-	3.666	3.200	3.666	3.200
DPGE	11/05/2022	-	-	-	-	-	-	3.229	3.053	3.229	3.053
<b>TOTAL</b>		<b>1.330.503</b>	<b>1.780.892</b>	<b>78.216</b>	<b>70.983</b>	<b>12.020</b>	<b>10.893</b>	<b>6.895</b>	<b>6.253</b>	<b>1.427.635</b>	<b>1.869.021</b>

No 4º trimestre de 2021 foram realizadas compras de novas NTN-Bs na curva, para a carteira do Plano CV, após forte movimento de abertura da curva futura de juros, num valor financeiro de cerca de R\$ 300 milhões, concentradas nos vértices com vencimentos em 2028, 2030 e 2035 e a taxas acima da meta atuarial do plano.

No final do exercício de 2021, ocorreu a reclassificação de uma parcela de títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” para a categoria “Títulos para negociação”. Esta reclassificação foi motivada pelo impacto nas reservas matemáticas resultante da redução da taxa de juros da meta atuarial do Plano CV, que passou de INPC + 5,10%aa para INPC + 4,70%aa, realizada de acordo com o previsto no Artigo 34 da Resolução CNPC nº 43, de agosto de 2021:

*“Art. 34. A reclassificação dos títulos públicos federais classificados na categoria "mantidos até o vencimento" para a categoria "títulos para negociação" pode ocorrer:*

*I - por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto; ou*

*II - para a redução da taxa de juros ou para aumento da longevidade, mediante alteração da tábua de mortalidade, dos planos de benefícios que utilizam hipóteses atuariais na constituição e manutenção de benefícios, desde que o resultado da reclassificação seja igual ou inferior ao valor do ajuste decorrente da alteração de hipótese, com base em estudo técnico específico elaborado pela entidade”.*

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As NTNBS reclassificadas somavam em torno de R\$ 914 milhões a valor de curva e tinham vencimento em 2030, 2035, 2040, 2045, 2050 e 2055. O resultado decorrente desta reclassificação no Plano CV foi de aproximadamente R\$ 65 milhões, inferior ao impacto da alteração da hipótese, que foi de R\$ 73 milhões, conforme determinação legal.

A reclassificação de categoria dos títulos públicos federais foi aprovada pelo Conselho Deliberativo mediante a exposição de motivos apresentados pela Diretoria Executiva e com base em Estudo Técnico elaborado pelas áreas técnicas.

Ativo	Quantidade	Antes da remarcação	Remarcação	Efeito no Resultado
NTN-B	10.000	39.829	41.366	1.537
NTN-B	9.460	35.154	38.426	3.272
NTN-B	4.896	17.450	19.887	2.437
NTN-B	5.676	19.787	23.056	3.269
NTN-B	6.149	22.155	24.977	2.822
NTN-B	5.000	19.130	20.329	1.199
NTN-B	3.000	12.101	12.479	378
NTN-B	2.000	8.110	8.319	210
NTN-B	1.000	3.919	4.062	143
NTN-B	2.000	7.875	8.319	444
NTN-B	2.000	7.895	8.319	425
NTN-B	4.000	15.755	16.639	884
NTN-B	2.000	7.836	8.319	483
NTN-B	1.000	3.944	4.062	118
NTN-B	900	3.517	3.744	227
NTN-B	2.000	7.815	8.319	504
NTN-B	2.800	10.856	11.647	791
NTN-B	3.000	11.780	12.479	699
NTN-B	1.800	7.074	7.319	245
NTN-B	2.000	7.715	8.319	604
NTN-B	2.600	10.057	10.815	758
NTN-B	2.600	10.056	10.815	759
NTN-B	2.000	7.635	8.319	685
NTN-B	2.700	10.295	11.231	936
NTN-B	2.000	7.491	8.319	829
NTN-B	2.000	7.369	8.319	951
NTN-B	1.500	5.397	6.240	843
NTN-B	1.500	5.336	6.240	903
NTN-B	2.000	7.189	8.319	1.131
NTN-B	2.770	10.715	11.435	719
NTN-B	2.000	7.640	8.319	680
NTN-B	1.500	5.711	6.240	529
NTN-B	900	3.426	3.744	317
NTN-B	2.000	7.932	8.319	387
NTN-B	1.000	3.982	4.062	80
NTN-B	2.000	7.933	8.319	387
NTN-B	2.000	7.840	8.319	479
NTN-B	2.000	7.839	8.319	480
NTN-B	2.000	7.750	8.319	569
NTN-B	2.000	7.729	8.319	591
NTN-B	1.500	5.770	6.240	470
NTN-B	2.000	7.629	8.319	690
NTN-B	2.500	9.465	10.399	935
NTN-B	500	2.058	2.080	22
NTN-B	2.000	7.806	8.319	514
NTN-B	2.000	7.806	8.319	514
NTN-B	900	3.378	3.715	337
NTN-B	900	3.233	3.715	483
NTN-B	2.000	7.184	8.319	1.136
NTN-B	2.000	7.259	8.319	1.061
NTN-B	3.700	14.127	15.391	1.264
NTN-B	5.000	19.463	20.683	1.220
NTN-B	10.000	39.674	41.597	1.923
NTN-B	5.000	19.373	20.683	1.310
NTN-B	3.000	11.458	12.410	952
NTN-B	4.000	15.467	16.546	1.080
NTN-B	2.000	7.722	8.273	551
NTN-B	1.500	5.707	6.192	485
NTN-B	4.000	14.897	16.546	1.649
NTN-B	4.000	14.534	16.546	2.012
NTN-B	4.000	14.398	16.546	2.149
NTN-B	5.000	20.358	20.799	441
NTN-B	2.500	9.743	10.399	656
NTN-B	1.500	5.846	6.240	394
NTN-B	5.000	19.956	20.799	843
NTN-B	6.000	23.664	24.372	708
NTN-B	4.900	19.207	19.904	697
NTN-B	10.000	39.979	40.619	641
NTN-B	5.000	19.576	20.349	773
NTN-B	10.000	39.869	41.597	1.728
NTN-B	10.000	38.346	40.619	2.274
NTN-B	5.000	19.814	20.799	985
<b>Total</b>		<b>913.784</b>	<b>978.379</b>	<b>64.595</b>

## Títulos para Negociação – Por Planos

Os títulos marcados a mercado referem-se a títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição, avaliados a valor de mercado, que estão demonstrados de acordo com a legislação vigente. Sua precificação é dada pelo agente custodiante, segundo seu manual de precificação.

A seguir apresentam-se os títulos e valores mobiliários constantes da Carteira de Ativos do Infraprev, segregados por Plano de Benefícios e consolidado, classificado na categoria "Títulos para Negociação".

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	Data Vencimento	Plano CV		Plano BD I		Plano BD II		Plano PGA		CONSOLIDADO	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
NTN-B	01/01/2021	-	-	-	-	-	-	-	42	-	42
NTN-B	07/01/2021	-	12.332	-	-	-	-	-	-	-	12.332
Debêntures - Vale do Rio Doce	28/04/2021	-	14.425	-	-	-	-	-	-	-	14.425
Letra Financeira - Daycoval	06/04/2023	-	-	-	-	-	-	2.013	-	2.013	-
Letra Financeira - Safra	06/04/2023	-	-	-	-	-	-	1.501	-	1.501	-
Letra Financeira - ABC Brasil	12/04/2023	-	-	-	-	-	-	1.510	-	1.510	-
Letra Financeira - Safra	15/04/2023	11.136	15.950	227	326	-	-	-	-	11.363	16.276
Letra Financeira - Bradesco	19/06/2023	27.426	26.175	-	-	-	-	-	-	27.426	26.175
Letra Financeira - Safra	14/07/2023	-	-	-	-	-	-	1.850	-	1.850	-
Letra Financeira - Daycoval	27/11/2023	15.186	-	-	-	-	-	-	-	15.186	-
NTN-B	15/08/2024	39.304	-	4.127	-	821	-	-	-	44.252	-
Letra Financeira - Safra	15/10/2024	-	-	128	167	-	-	-	-	128	167
CRI	07/11/2027	4.285	4.802	-	-	-	-	-	-	4.285	4.802
Letra Financeira - Daycoval	06/04/2028	10.514	-	-	-	-	-	-	-	10.514	-
Letra Financeira - Daycoval	27/11/2028	-	-	632	650	316	325	-	-	948	975
NTN-B	15/08/2030	43.912	-	-	-	-	-	-	-	43.912	-
Letra Financeira - Safra	26/11/2030	10.575	11.186	-	-	-	-	-	-	10.575	11.186
Letra Financeira - Safra	29/10/2030	10.544	11.140	-	-	-	-	-	-	10.544	11.140
Letra Financeira - Safra	18/11/2030	20.978	22.221	-	-	-	-	-	-	20.978	22.221
Letra Financeira - Daycoval	03/03/2031	10.163	-	-	-	-	-	-	-	10.163	-
NTN-B	15/05/2035	20.349	-	-	-	-	-	-	-	20.349	-
NTN-B	15/08/2040	97.710	-	-	-	-	-	-	-	97.710	-
NTN-B	15/05/2045	235.922	-	-	-	-	-	-	-	235.922	-
Letra Financeira - Safra	08/07/2050	5.047	4.780	-	-	-	-	-	-	5.047	4.780
NTN-B	15/08/2050	410.149	-	-	-	-	-	-	-	410.149	-
NTN-B	15/05/2055	169.600	-	-	-	-	-	-	-	169.600	-
Ações	Ações (s/ vencimento)	136.659	155.189	-	-	-	-	-	-	136.659	155.189
<b>TOTAL</b>		<b>1.279.456</b>	<b>278.200</b>	<b>5.114</b>	<b>1.143</b>	<b>1.137</b>	<b>325</b>	<b>6.873</b>	<b>42</b>	<b>1.292.579</b>	<b>279.710</b>

O aumento da carteira de títulos para negociação em 2021, em comparação com 2020, ocorreu primordialmente pela remarcação de títulos mantidos até o vencimento, especificada no item anterior.

Por outro lado, houve uma pequena redução da carteira própria de ações. A decisão estratégica dessa redução de exposição foi consequência do cenário local mais conturbado em função da inflação alta, aumento da Selic e desancoragem fiscal.

Nos títulos privados ocorreram aquisições de novas Letras Financeiras, para cobrir alguns vencimentos que ocorreram durante o ano e para aumento de exposição no segmento a taxas com um bom prêmio sobre a meta atuarial dos planos e sobre os títulos públicos de vencimentos equivalentes. Nesta ocasião aproveitou-se para encurtar o prazo médio de vencimento da carteira de Letras Financeiras.



### 5.3.8. Investimentos Imobiliários

A Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2021, estabelece que as EFPC devem realizar avaliação dos imóveis, no mínimo, anualmente.

No exercício de 2021, em atendimento à legislação vigente, foram procedidas reavaliações dos investimentos imobiliários, conforme laudos técnicos emitidos por profissionais e/ou empresas legalmente habilitados, refletindo a posição patrimonial dos imóveis em dezembro/2021.

A carteira imobiliária do Plano de Contribuição Variável (Plano CV) é composta por 35 (trinta e cinco) imóveis, dos quais 26 (vinte e seis) são salas comerciais, 08 (oito) são vagas de garagem e 1 (um) é caracterizado como loja (estabelecimento comercial em pavimento térreo de uma edificação).

A avaliação foi realizada pela empresa B. INTERNACIONAL REAL STATE LTDA – CNPJ: 02.164.894/0001-80, que utilizou o Método Comparativo Direto de Mercado com tratamento dos dados por fator. A metodologia utilizada converge com a do ano anterior.

O quadro abaixo demonstra a composição da Carteira Imobiliária:

Imóvel	Valor Contábil Antes da Reavaliação	Valor Reavaliado	Incremento Patrimonial	Valor Contábil 2021	Valor Contábil 2020	Vida Útil Remanescente
Porto Atlântico, Sala 601	5.534	5.824	290	5.824	5.534	540 meses
Porto Atlântico, Sala 602	4.926	5.184	258	5.184	4.926	540 meses
Porto Atlântico, Sala 603	5.013	5.275	262	5.275	5.013	540 meses
Porto Atlântico, Sala 604	5.423	5.707	284	5.707	5.423	540 meses
R. da Assembléia, 10 sala 1412	1.217	1.220	3	1.220	1.217	540 meses
R. da Assembléia, 10 sala 1413	2.003	2.009	6	2.009	2.003	540 meses
R. da Assembléia, 10 sala 2412	1.315	1.319	4	1.319	1.315	540 meses
R. da Assembléia, 10 sala 2613	2.166	2.172	6	2.172	2.166	540 meses
R. Conde de Baependi, 24	7.073	7.098	25	7.098	7.073	240 meses
R. das Marrecas, 39 - 233	31	31	-	31	31	120 meses
R. das Marrecas, 39 - 262	31	31	-	31	31	120 meses
R. das Marrecas, 39 - 263	31	31	-	31	31	120 meses
R. das Marrecas, 39 - 264	31	31	-	31	31	120 meses
R. das Marrecas, 39 - 286	31	31	-	31	31	120 meses
R. das Marrecas, 39 - 287	31	31	-	31	31	120 meses
R. das Marrecas, 39 - 310	31	31	-	31	31	120 meses
R. das Marrecas, 39 - 312	31	31	-	31	31	120 meses
Pr. de Botafogo, 501 - Bloco II	26.499	25.900	-599	25.900	26.499	360 meses
Pr. de Botafogo, 501 - Bloco I	25.741	26.662	921	26.662	25.741	360 meses
R. Primeiro de Março, 23/6º andar	2.080	2.115	35	2.115	2.080	480 meses
R. Primeiro de Março, 23/7º andar	2.080	2.115	35	2.115	2.080	480 meses
Av. Almirante Barroso, 52 - 2301º andar	3.904	3.985	81	3.985	3.904	480 meses
Av. Almirante Barroso, 52 - 2302º andar	3.770	3.849	79	3.849	3.770	480 meses
Av. Almirante Barroso, 52 - 2401º andar	3.904	3.985	81	3.985	3.904	480 meses
Av. Almirante Barroso, 52 - 2402º andar	3.770	3.849	79	3.849	3.770	480 meses
Av. Rio Branco, 103/19º andar	2.578	2.625	47	2.625	2.578	480 meses
Av. Rio Branco, 116/11º andar	2.527	2.544	17	2.544	2.527	480 meses
Av. Rio Branco, 116/12º andar	2.527	2.544	17	2.544	2.527	480 meses
Av. Rio Branco, 116/16º andar	2.527	2.544	17	2.544	2.527	480 meses
Av. Santo Amaro, 526 - São Paulo	-	-	-	-	25.151	0 meses
<b>TOTAL</b>	<b>116.825</b>	<b>118.775</b>	<b>1.949</b>	<b>118.775</b>	<b>141.976</b>	

O total do investimento imobiliário alocado totalmente ao Plano CV é de R\$ 119.712 (R\$ 142.956 em 2020). Soma-se ao valor da carteira o montante de R\$ 937 (R\$ 980 em 2020) referentes a valores a receber de aluguéis e encargos.

A conclusão do processo de reavaliação imobiliária acarretou um aumento patrimonial no montante de R\$ 1.949 (redução de R\$ 11.241 em 2020), que foi contabilizado no Ativo – Investimentos em Imóveis, em contrapartida à conta de Rendas/Variações Positivas e/ou Deduções/Variações Negativas.

Os laudos de avaliação da carteira imobiliária apuraram um valor patrimonial total no Plano de Contribuição Variável (CV) de R\$ 118.775, sendo 1,67% superior ao valor apurado no ano anterior, totalizando, assim, uma valorização financeira de R\$ 1.949 no mês de dezembro de 2021.

Esse resultado pode ser explicado, resumidamente, pelo avanço da imunização da população e aumento da mobilidade, com a abertura de diferentes setores do mercado.

Inobstante a situação pandêmica tenha afetado o mercado de imóveis corporativos em 2020, a taxa de vacância do Infraprev (em metros quadrados) passou de 61% em janeiro/2021 para 37% em dezembro/2021. Tal feito se deu em consequência dos 5 (cinco) contratos de locação firmados no período e a venda do imóvel na Avenida Santo Amaro, nº 526 - São Paulo - SP.

Realizado em agosto/2021, a alienação do imóvel localizado em Santo Amaro/SP ocorreu por R\$ 28.700, sendo o valor de venda superior a 14% do valor contabilizado na carteira proporcionando o retorno positivo no exercício.

### 5.3.9. Operações com Participantes

As operações com participantes, de acordo com a norma interna, e avaliados ao valor da concessão, deduzidos os valores amortizados pelo pagamento de parcelas, antecipações e quitações, representam os empréstimos concedidos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos auferidos no período, deduzidas as amortizações.

Em 2021, o saldo das operações com participantes, líquido da provisão para perdas é de R\$ 70.840 (R\$ 86.687 em 2020).

Plano	2021	2020
<b>Benefício Definido BD-I</b>	724	816
<b>Benefício Definido BD-II</b>	109	119
<b>Contribuição Variável – CV</b>	70.007	85.752
<b>Total</b>	<b>70.840</b>	<b>86.687</b>

As provisões para perdas relativas à inadimplência de operações de empréstimos concedidos a participantes dos planos de benefícios administrados pelo Infraprev foram constituídas conforme critérios estabelecidos pela Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020. Além das provisões realizadas para atendimento à legislação, procedemos o registro quando os contratos são enviados para cobrança judicial, sendo provisionados 100% do valor do saldo devedor.

O valor da provisão em 2021 é de R\$ 25.156 (R\$ 24.258 em 2020). O aumento da inadimplência é decorrente do processo de desligamento dos participantes funcionários da Infraero e participantes que migraram para a condição de assistidos ou tiveram perda de gratificação, gerando uma queda da margem consignável. O montante de R\$ 25.156 representa 35,51% do saldo da carteira, que no mesmo período totalizava R\$ 70.840. A provisão de empréstimos em cobrança judicial é referente aos contratos encaminhados ao escritório jurídico para as distribuições das ações judiciais de cobrança e recuperação dos respectivos créditos.

Benefício Definido BD-I	2021	2020
Provisão Empréstimos em Cobrança Judicial	27	27
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>27</b>

  

Contribuição Variável – CV	2021	2020
Provisão Empréstimos Inadimplentes	12.597	12.606
Provisão Empréstimos em Cobrança Judicial	12.532	11.625
<b>Total</b>	<b>25.129</b>	<b>24.231</b>
<b>Total Provisão para Perda - Consolidado</b>	<b>25.156</b>	<b>24.258</b>

## 6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição dos saldos e das movimentações desta rubrica é demonstrada a seguir com as respectivas taxas de depreciações/amortizações:

BENS	Taxa Deprec. ao ano	2020	2021		Valor Líquido
		Valor Líquido	Entradas/Saídas	Depreciação e Amortização	
<b>BENS MÓVEIS</b>	-	301	194	-171	324
Instalações	10%	2	-	-1	1
Móveis e Utensílios	10%	59	-	-50	9
Máquinas e Equipamentos	10%	84	-	-24	60
Computadores e Periféricos	20%	153	194	-94	253
Sistema de Comunicações	10%	3	-	-1	2
<b>BENS IMÓVEIS</b>	-	7.580	-	-137	7.443
Terrenos	-	4.160	-	-	4.160
Construções	2%	3.420	-	-137	3.283
<b>Total do Imobilizado</b>	-	<b>7.881</b>	<b>194</b>	<b>-308</b>	<b>7.767</b>
<b>INTANGÍVEL</b>		398	-	-280	118
Software	20%	150	-	-75	75
Desenvolvimento de Sistemas	20%	197	-	-154	43
Reorganização de Setores	20%	51	-	-51	-
<b>Total do Intangível</b>	-	<b>398</b>	<b>-</b>	<b>-280</b>	<b>118</b>
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL</b>	-	<b>8.279</b>	<b>194</b>	<b>-587</b>	<b>7.885</b>

**Imobilizado:** representa os bens de uso próprio destinados à manutenção das atividades administrativas, demonstrado pelo custo de aquisição deduzidas as depreciações que é calculada pelo método linear, e com as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e por espécie de bens, como determina a legislação vigente.

**Intangível:** representa os bens incorpóreos, ou seja, ativo identificável sem substância física. Os bens classificados no intangível estão avaliados pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização, feita em função do prazo legal ou contratual de uso dos direitos.

## 7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O exigível operacional registra os compromissos a pagar, segregados em gestão previdencial, administrativa e de investimentos. A composição das contas que compõem o exigível operacional está demonstrada como segue:

Descrição	2021	2020
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>4.583</b>	<b>5.127</b>
Benefícios a pagar	83	81
Retenções a Recolher	3.283	2.599
Valores a Repassar ao PGA <sup>(a)</sup>	772	1.898
Outras Exigibilidades <sup>(a)</sup>	445	549
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>2.366</b>	<b>2.010</b>
Contas a Pagar	2.053	1.739
Pessoal e Encargos	1.636	1.476
Fornecedores	210	162
Encargos Diversos	207	101
Retenções a Recolher	297	257
Outras Exigibilidades	16	14
<b>Investimentos</b>	<b>2.373</b>	<b>19.787</b>
Renda Variável	-	18.572
Fundo de Investimento	8	-
Investimentos em Imóveis	1.064	1.033
Operações com Participantes	33	167
Taxa de Adm a Repassar	1.258	-
Retenções de Tributos a Recolher	10	-
Outras Exigibilidades	-	15
<b>Total</b>	<b>9.322</b>	<b>26.924</b>

(a) Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábil e demonstrações contábeis das EFPC, as demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas dos planos previdenciais e de gestão administrativa, foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021:

- ✓ Reclassificado da conta Outras Exigibilidades-Gestão Previdencial (2.447 em 2020), o valor de R\$ 1.898 do exercício de 2020 para efeito comparativo de 2021 para a nova conta contábil, Valores a Repassar ao PGA.

## 8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

O exigível contingencial registra as prováveis perdas que os planos venham a sofrer, especialmente, em razão de decisões judiciais que lhes sejam desfavoráveis.

## Gestão Previdencial

### a. Revisão de Benefícios

Refere-se à ação judicial promovida contra o patrocinador do Plano e contra o Instituto no âmbito da justiça do trabalho, na qual se questiona o reconhecimento de diferenças salariais e a consequente revisão de benefício de aposentadoria complementar.

Registramos que em:

- (I) junho/2021 foi realizado o pagamento do valor de R\$ 56 mil referente à ação judicial que questionava o pagamento de valores relativos à complementação de benefício de auxílio-doença; e
- (II) dezembro/2021 foi realizado o pagamento do valor de R\$ 3 mil referente à aplicação de danos morais em ação judicial proposta contra o Infraprev questionando o atraso no pagamento do benefício de auxílio-doença. Tal processo teve o prognóstico de perda alterado no ano de 2021.

### b. Revisão de Contrato de Plano de Saúde

Trata-se de ação judicial ajuizada em face do Infraprev e da operadora de planos de saúde Amil, na qual o Instituto figura como estipulante do plano de saúde para fins de ofertá-lo aos seus assistidos, em que se questiona o reajuste do plano de saúde.

Registramos que em outubro/2021 houve mudança de prognóstico de perda do processo indicado nas notas explicativas de 2020, razão pela qual, houve baixa da contingência no valor de R\$ 217 mil e R\$ 33 mil.

## Gestão Administrativa

### a. Ação Trabalhista

Trata-se de reclamação trabalhista ajuizada em face do Instituto por ex-empregado, em que se postula o pagamento de diferenças salariais e repercussões, além de indenização por dano moral.

## Investimentos

### a. Auto de Infração

Trata-se de auto de infração lavrado, em 16/03/2010, pela Receita Federal em face do Shopping Center Neumarkt Blumenau – SCNB, no qual o Infraprev se encontra na posição de sujeito passivo solidário, em que são exigidos supostos créditos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, relativos ao ano de 2005 em favor da União, sob o argumento de que o SCNB seria em verdade, uma Pessoa Jurídica ‘de fato’ composta por algumas ‘entidades’, tais como: a) Condomínio Civil Pró-Diviso; b) Condomínio Comercial; e c) Fundo de Promoções, sendo certo que, no entender da fiscalização, caberia o Infraprev o percentual de 20% do Shopping, após a desconsideração da estrutura adotada.

Cumprir destacar que a participação do Infraprev no referido investimento representava 10% das quotas, sendo que em 2007 tais quotas foram vendidas à empresa

Administradora do Shopping Center, Almeida Júnior Shopping Centers Ltda, que no mesmo ano passou a ser detentora de 100% das cotas do empreendimento.

Em 2019 foi proferida a decisão de 1ª instância administrativa pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal, que julgou procedente parcialmente às impugnações para afastar a exigência do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras, eis que não seriam receitas típicas, afastadas do conceito de faturamento. Sendo, por conseguinte, em 16/05/2019 interposto recurso pelo Infraprev, o qual aguarda-se o julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

## 8.1. Contingências – Perda Provável e Depósitos Judiciais

A administração do Infraprev, com base em informações de seus assessores jurídicos e das demandas judiciais pendentes, utilizando sistema de controle, considerou necessário constituir a provisão para os processos ajuizados, relacionados às áreas trabalhistas, previdenciais e investimentos, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Os depósitos judiciais, classificados no Realizável da Gestão Administrativa, montam a importância de R\$ 28 (R\$ 3.515 em 2020), com levantamento de depósito em março/2021 referente ao Mandado de Segurança sobre a cobrança do PIS e da COFINS no período de vigência da Lei 9.718/98.

O valor provisionado em 2021 para todos os planos é de R\$ 309 (R\$ 519 em 2020), sendo R\$ 243 para o Plano CV e R\$ 66 para o PGA.

Foram provisionados os valores das ações de naturezas cíveis e trabalhistas de acordo com a classificação de assessores jurídicos externos, segregados por gestão e por plano, e o saldo de depósitos judiciais realizados, conforme abaixo:

Descrição		Contingências				Depósito Judicial		
Previdenciais	Plano	Saldo em 2020	Constituição / (Reversão)	Atualização	Saldo em 2021	Saldo em 2020	Saldo em 2021	Probabilidade
Revisão de Benefícios/Plano de Saúde	CV	463	-306	86	243	56	56	Provável
<b>Total da Gestão Previdencial</b>		<b>463</b>	<b>-306</b>	<b>86</b>	<b>243</b>	<b>62</b>	<b>56</b>	

Descrição		Provisões				Depósito Judicial		
Previdenciais	Plano	Saldo em 2020	Constituição / (Reversão)	Atualização	Saldo em 2021	Saldo em 2020	Saldo em 2021	Probabilidade
Reclamações Trabalhistas	PGA	56	10	-	66	28	28	Provável
PIS/COFINS - Lei nº 9.718	PGA	-	-	-	-	3.425	-	Remota
<b>Total da Gestão Administrativa</b>		<b>56</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>66</b>	<b>3.453</b>	<b>28</b>	
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>519</b>	<b>-296</b>	<b>86</b>	<b>309</b>	<b>3.515</b>	<b>84</b>	

## 8.2. Contingências – Perda Possível

O Instituto possui ações de natureza trabalhista e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificados por seus advogados como possíveis, estando assim representadas a seguir:

Descrição		Contingências - Possíveis	
Previdenciais	Plano	2021	2020
Reclamações cíveis	CV	3.268	3.293
Reclamações cíveis	PGA	687	588
Reclamações Trabalhistas	CV	151	129
Reclamações Tributário	CV	211	130
<b>Total da Gestão Previdencial</b>		<b>4.317</b>	<b>4.010</b>

  

Administrativa	Plano	2021	2020
Reclamações cíveis	PGA	-	-
Reclamações Trabalhistas	PGA	1.652	1.052
<b>Total da Gestão Administrativa</b>		<b>1.652</b>	<b>1.052</b>

  

Investimento	Plano	2021	2020
Reclamações cíveis	CV	951	1.042
Reclamações cíveis	BD-I	-	33
Administrativas	CV	-	-
<b>Total do Investimento</b>		<b>951</b>	<b>1.075</b>
<b>Total</b>		<b>6.920</b>	<b>6.137</b>

## 8.3. Ativo Contingente

### a. OFND:

O Infracprev faz parte da ação coletiva movida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, União Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários aplicados nas posições em carteira das OFND ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991.

A sentença foi favorável ao pleito das EFPC em processo transitado em julgado em 24 de setembro de 2008.

Esgotados os recursos cabíveis, em 29.11.2010 foi certificado o trânsito em julgado da decisão. A partir dessa certidão, a ABRAPP iniciou o processo de liquidação da sentença e consequente execução dos créditos autorais. Ato contínuo, encaminhou às Associadas, por meio da CIR-JUR-010/2011, cópia do parecer emitido pela PREVIC – Nota Nº 110/2011/CGRJ/PF/PREVIC, com esclarecimentos sobre a impossibilidade de realização do registro contábil dos valores envolvidos na Ação Ordinária em epígrafe.

Transitada em julgado a decisão, em 23.01.2012, foi ajuizada, pela União Federal, a Ação Rescisória nº 2012.02.01.000858-3. Em 17.02.2012, a União Federal opôs, também em face da ABRAPP, Embargos à Execução movida para o recebimento dos créditos das Associadas.

Em 18.05.2012 foi publicada decisão proferida nos autos da Ação Ordinária, no sentido de que a execução possui natureza coletiva e, para tanto, deveria ser requerida pelos Associados da ABRAPP, individualmente. Outrossim, determinou a sua suspensão até o julgamento definitivo da Ação Rescisória ajuizada pela União Federal.

Em 18.04.2013, foi prolatado o Acórdão pela 3ª Seção do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, julgando-se a redução do valor dos honorários de sucumbência, devidos aos advogados da ABRAPP, fixando-se uma limitação para o valor total de R\$ 723 mil. Quanto aos demais pleitos, foram julgados improcedentes.

Por convocação da ABRAPP, em 18.08.2015 foi realizada AGE, tendo sido delegado ao Comitê de Negociação, a verificação da melhor forma de liquidação da decisão judicial, na sua fase de execução, considerando, sobretudo, a possibilidade de arguição do instituto jurídico da prescrição e a seleção de propostas para atuação, junto aos Tribunais Superiores, de notórios especialistas. Em 27.10.2015, por meio de nova AGE, as Associadas deliberaram pela segregação da liquidação da sentença em 13 (treze) Grupos, tendo o Infraprev ficado no Grupo G-2: Processo nº 0145862.08.2015.4.02.5101, distribuído, em 27.11.2015, para a 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 1.474.206.593,22.

Com o esgotamento dos recursos cabíveis, em 13.08.2020, a decisão proferida nos autos da Ação Rescisória teve seu trânsito em julgado, com a consequente expedição da certidão.

A partir do trânsito em julgado, mais precisamente em março de 2021, foram reiniciadas as tratativas para celebração de acordo com a Procuradoria Regional da União da 2ª Região, tendo sido instaurado o Procedimento Administrativo interno, de nº 00412.007444/2021-67, no âmbito da Central de Negociação da referida Procuradoria, sendo, para tanto, criado um grupo de trabalho para as discussões sobre os cálculos.

Partindo-se do pressuposto de consenso, após o ajuizamento das ações de liquidação de sentença, as partes identificaram decisões proferidas pelo STF e pelo STJ, com alterações nas premissas dos juros de mora e da correção monetária dos débitos judiciais da União Federal, importando na necessidade de recomposição dos cálculos apresentados, para que fosse considerado o novo posicionamento adotado pelo STJ, com a pacificação da matéria relacionada à forma de aplicação da correção monetária nas condenações impostas à Fazenda Pública.

Com base nas premissas negociadas, as Associadas solicitaram ao Assistente Técnico contratado pela ABRAPP, a elaboração de simulação com os valores devidos, na forma preceituada pelos Tribunais (STF – STJ – Justiça Federal), levando-se em consideração alguns cenários.

Embasada pela análise do Assistente Técnico e pelos patronos da causa, a ABRAPP convocou às Associadas para participação em AGE em 23.11.2021, para deliberação da proposta de Acordo Judicial, e posterior encaminhamento à PRU-2, para a devida formalização. Por maioria de votos, com apenas 1 reprovação, a proposta de acordo foi aprovada pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Em 26.11.2021 o Infraprev encaminhou o termo de adesão à proposta de acordo para a ABRAPP e no momento aguardamos o retorno da PRU-2.

Importante destacar que na concretização do acordo a expectativa é de recebimento do valor de R\$ 22.384 mil.



## 9. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas e os Fundos Previdenciários foram constituídos e consignados contabilmente de acordo com a legislação vigente, com base em cálculos atuariais elaborados por consultoria atuarial externa, conforme pareceres atuariais dos planos administrados pelo Infraprev, datados em 31 de janeiro de 2022 para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – CV, para o Plano I de Benefícios (Saldado), Plano II de Benefícios - BD II, e para o Plano Associativo Infraprev I.

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a seguir:

Descrição	31 Dezembro 2020	Constituição/Reversão no Exercício	31 Dezembro 2021
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>1.813.448</b>	<b>423.264</b>	<b>2.236.711</b>
Contribuição Definida	183.415	-8.087	175.328
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.630.032	431.351	2.061.383
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>1.859.278</b>	<b>-130.435</b>	<b>1.728.843</b>
Contribuição Definida	1.648.227	-18.366	1.629.861
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	211.051	-112.069	98.982
<b>Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>-120</b>	<b>-3</b>	<b>-122</b>
(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar	-120	-3	-122
(-) Assistidos	-120	-3	-122
<b>TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>3.672.606</b>	<b>292.826</b>	<b>3.965.432</b>

### 9.1. Premissas e Hipóteses Atuariais

Para o encerramento do exercício de 2021, algumas hipóteses atuariais que têm impacto direto no cálculo das Provisões Matemáticas dos planos previdenciários, sofreram alterações. Abaixo listamos as hipóteses alteradas:

- a) Taxa Real de Juros – Para o encerramento do exercício houve uma redução na taxa de juros em três dos planos administrados pelo Infraprev.
- BD I - de 4,60% a.a. para 4,00% a.a.
  - BD II - de 4,00% a.a. para 3,30% a.a.
  - CV - de 5,10% a.a. para 4,70% a.a.

Em todos os casos, a alteração na taxa de juros foi embasada no estudo de adequação realizado pela Consultoria de Riscos – Aditus e validado pelo atuário dos planos, conforme estabelecido naquela data pela Instrução Normativa nº 10 de 30/11/2018.

A seguir, os quadros das Premissas e Hipóteses Atuariais adotadas para os planos de benefícios administrados pelo Infraprev, em 2021 e 2020:

Premissas Atuariais - Plano BD I		
Descrição	2021	2020
Duration do Passivo	9,45	9,34 anos
Taxa real de juros	4,00%	4,60%
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 Basic - Segregado por Sexo	AT 2000 Basic - Segregado por Sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49
Composição familiar	Família Efetiva	Família Efetiva

Premissas Atuariais - Plano BD II		
Descrição	2021	2020
Duration do Passivo	10,74	10,43 anos
Taxa real de juros	3,30%	4,00%
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 Basic - Segregado por Sexo	AT 2000 Basic - Segregado por Sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49
Composição familiar	Família Efetiva	Família Efetiva

Premissas Atuariais - Plano CV		
Descrição	2021	2020
Duration do Passivo	9,98	9,85 anos
Taxa real de juros	4,70%	5,10%
Crescimento real de salários	Por Patrocinadora	Por Patrocinadora
Infraero e Infraprev	1,00%	1,54%
Viracopos	0,00%	0,00%
Guarulhos	0,00%	0,10%
Inframérica, Galeão e BH	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 Basic - Segregado por Sexo	AT 2000 Basic - Segregado por Sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Composição familiar	80% Casados, diferença de 4 anos entre conjuges (Homem mais velho)	80% Casados, diferença de 4 anos entre conjuges (Homem mais velho)
Rotatividade	Tábua JM Turnover	Tábua JM Turnover

Ressalta-se que a *duration* do passivo dos Planos é calculada pela PREVIC, através do sistema Venturo, e apesar de não ser uma premissa atuarial optou-se por incluir nos quadros acima, de forma informativa.

## 10. Resultados Realizados

### 10.1. Equilíbrio Técnico

A composição do resultado técnico por plano de benefícios, findo em 31 de dezembro de 2021:

Com relação às Provisões Matemáticas dos planos previdenciários podemos afirmar que:

#### a. Plano I de Benefício Definido (Saldado)

O Plano permanece superavitário no encerramento do exercício de 2021 no montante de R\$ 7.727 (R\$ 6.326 em 2020).

Apesar do alto índice inflacionário no ano de 2021 e o não atingimento da meta atuarial no acumulado do ano, o Plano apresentou um resultado superavitário superior ao do encerramento de 2020.

A alteração da Taxa Real de Juros representou um aumento nas Provisões Matemáticas, e por consequência disso seria normal observar uma queda no superávit acumulado. No entanto, houve uma redução na base de dados, com alguns benefícios sendo encerrados, reduzindo o compromisso do Plano em um patamar superior ao aumento causado pela taxa de juros. A referida alteração da Taxa Real de Juros representou um impacto de R\$ 4.986 no exercício.

Em relação as demais hipóteses, ressaltamos que apesar de ainda se encontrarem dentro da validade, nossa Consultoria realizou estudos complementares de aderência que demonstraram que estas hipóteses (que foram aplicadas no encerramento de 2020), ainda se encontram adequadas a realidade do Plano e, portanto, foram mantidas para o exercício.

#### b. Plano II de Benefício Definido

O Plano permanece superavitário no encerramento do exercício de 2021 no montante de R\$ 2.329 (R\$ 2.949 em 2020). Importante ressaltar que na avaliação atuarial, esse superávit teve uma queda em função da redução da taxa de juros para 3,30% a.a.

A alteração da Taxa Real de Juros representou um impacto de R\$ 756 nas Provisões Matemáticas do Plano, em 31/12/2021.

Uma parcela deste superávit técnico acumulado foi contabilizada na reserva de contingência no valor de R\$ 2.241, a fim de garantir a quitação dos compromissos cobertos pelo Plano ao longo dos anos futuros de sua existência, em face de eventos futuros e incertos, nos termos da legislação em vigor e o restante, contabilizado como Reserva Especial no valor de R\$ 88.

O Infraprev iniciou em 2021, um Plano de Distribuição de Superávit para os valores que compuseram a Reserva Especial referente ao exercício de 2016, nos termos estabelecidos na Resolução CNPC nº 30/2018. Essa distribuição também explica a redução no superávit no exercício.

**c. Plano de Contribuição Variável - CV**

O Plano passou de um resultado deficitário contábil em 2020 de R\$ 96.583 para um resultado deficitário no encerramento do exercício de 2021, de R\$ 217.682. Importante destacar que o déficit registrado se justifica principalmente pelo alto índice inflacionário registrado ao longo do período, e conseqüentemente, com rentabilidade do Plano abaixo da meta atuarial.

Seguem as principais variações do resultado da Avaliação Atuarial de 31/12/2020 para o exercício de 31/12/2021:

Além da rentabilidade do Plano, outros fatores que tiveram impacto no resultado foram:

- **Aumento das Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido (BD)** em função da redução da Taxa Real de Juros de 5,10% para 4,70% ao ano, e conseqüentemente aumento no déficit acumulado ao longo do período;
- **Redução das Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido (BD)** em função da redução no índice de crescimento real dos salários da Patrocinadora Infraero.

**d. Plano Associativo Infraprev I – PAI I**

Não ocorreram variações significativas nas Provisões Matemáticas do Plano Associativo Infraprev I.

Ao longo do exercício de 2021, não houve concessão de benefícios. Dessa forma, não houve reversão de Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

**10.2. Equilíbrio Técnico Ajustado**

A Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e Instrução Normativa PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020 estabelecem as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento do déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

No exercício de 2021, o Instituto apurou equilíbrio técnico ajustado representado na Demonstração do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios – DAL, conforme estabelece legislação vigente. (Ver quadros 7 a 10- Demonstração do Ativo Líquido – DAL)

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos. Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que tem por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

Os ajustes de precificações dos títulos públicos de 31 de dezembro de 2021 dos planos seguem discriminados abaixo:

#### a. Ajuste de Precificação – Plano I de Benefício Definido (Saldado)

Por meio do Sistema Venturo disponibilizado pela Previc, utilizado para preenchimento das informações para apuração da duração do passivo e do ajuste de precificação (DPAP), foi avaliado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos. Considerando o valor contábil desses títulos em 31 de dezembro de 2021, o ajuste de precificação corresponde a R\$ 8.016 (R\$ 6.144 em 2020).

De acordo com a metodologia constante nos referidos normativos a duração do passivo do Plano I de Benefício Definido resultou em 9,45 anos, com uma taxa de juros real anual de 4,00% ao ano.

Ajuste de Precificação de Títulos Públicos - Plano BD I									
Ativo	Vencimento	Quant. 2021	Quant. 2020	Valor Contábil 31/12/2021	Valor Contábil 31/12/2020	Valor Ajustado 31/12/2021	Valor Ajustado 31/12/2020	Ajuste Precificação 2021	Ajuste Precificação 2020
Notas do Tesouro Nacional - Série B	16/08/2022	750	750	2.885	2.600	2.928	2.677	43	77
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	2.171	2.171	8.085	7.236	8.776	7.929	691	693
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	2.560	2.560	9.810	8.880	11.257	9.884	1.448	1.003
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	45	45	153	138	206	177	52	39
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	4.900	4.900	14.966	17.110	18.837	20.109	3.871	2.999
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	1.235	1.235	4.177	3.776	6.087	5.109	1.910	1.333
<b>TOTAL</b>		<b>11.661</b>	<b>11.661</b>	<b>40.077</b>	<b>39.740</b>	<b>48.092</b>	<b>45.884</b>	<b>8.016</b>	<b>6.144</b>

#### b. Ajuste de Precificação – Plano II de Benefício Definido

De acordo com a metodologia constante nos referidos normativos a duração do passivo do Plano II de Benefício Definido resultou em 10,74 anos, com uma taxa de juros real anual de 3,30% ao ano. Considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos, o valor calculado do ajuste de precificação em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 2.081 (R\$ 1.429 em 2020).

Ajuste de Precificação de Títulos Públicos - Plano BD II									
Ativo	Vencimento	Quant. 2021	Quant. 2020	Valor Contábil 31/12/2021	Valor Contábil 31/12/2020	Valor Ajustado 31/12/2021	Valor Ajustado 31/12/2020	Ajuste Precificação 2021	Ajuste Precificação 2020
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	375	375	1.397	1.250	1.541	1.395	144	145
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	131	131	497	449	603	528	107	79
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	469	469	1.621	1.462	2.289	1.959	668	497
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	502	502	1.710	1.546	2.726	2.255	1.016	708
Notas do Tesouro Nacional - Série B	16/05/2050	100	-	425	-	571	-	146	-
<b>TOTAL</b>		<b>1.577</b>	<b>1.477</b>	<b>5.650</b>	<b>4.707</b>	<b>7.731</b>	<b>6.137</b>	<b>2.081</b>	<b>1.429</b>

**c. Ajuste de Precificação – Plano de Contribuição Variável - CV**

De acordo com a metodologia constante nos referidos normativos a duração do passivo do Plano de Contribuição Variável resultou em 9,98 anos, com uma taxa de juros real anual de 4,70% ao ano. Considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos, o valor calculado do ajuste de precificação em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 131.910 (R\$ 83.624 em 2020).

Ajuste de Precificação de Títulos Públicos - Plano CV									
Ativo	Vencimento	Quant. 2021	Quant. 2020	Valor Contábil 31/12/2021	Valor Contábil 31/12/2020	Valor Ajustado 31/12/2021	Valor Ajustado 31/12/2020	Ajuste Precificação 2021	Ajuste Precificação 2020
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	16.600	16.600	64.124	55.781	64.552	58.812	428	643
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2023	5.000	5.000	18.887	16.224	19.344	17.572	457	550
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	35.630	35.630	134.412	114.880	141.728	128.129	7.316	7.305
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	10.000	10.000	38.600	33.493	40.572	36.425	1.973	1.456
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2028	20.000	-	79.468	-	82.639	-	3.171	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	9.730	9.730	37.043	32.060	40.872	36.264	3.829	2.749
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	46.575	46.575	161.406	138.874	199.462	174.929	38.056	29.340
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	2.500	2.500	9.029	7.805	11.145	9.683	2.115	1.519
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	59.597	48.245	200.610	140.244	267.599	186.800	66.988	40.062
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	6.500	-	22.464	-	30.041	-	7.578	-
<b>TOTAL</b>		<b>212.132</b>	<b>174.280</b>	<b>766.043</b>	<b>539.360</b>	<b>897.953</b>	<b>648.615</b>	<b>131.910</b>	<b>83.624</b>

**11. Fundos**

O saldo dos fundos no encerramento do exercício de 2021 foi no montante de R\$ 208.656 (R\$ 190.200 em 2020). Estão distribuídos em Fundo Previdencial, Administrativo e de Investimentos em cada gestão, nos respectivos planos:

**Gestão Previdencial**

Registra a constituição/reversão dos fundos calculados atuarialmente para atender a Gestão Previdencial dos planos de benefícios administrados pelo Instituto.

**Plano II de Benefício Definido**

O recurso alocado ao Fundo Previdencial em 2021, no montante de R\$ 2.148 (R\$ 2.180 em 2020), tem como finalidade o registro referente à constituição do Fundo Revisão de Plano, que deverá ser distribuído após os trâmites pertinentes a destinação de superávit em conformidade com a legislação vigente.

**Plano de Contribuição Variável - CV**

Os recursos alocados ao Fundo Previdencial em 2021, no montante de R\$ 128.200 (R\$ 113.299 em 2020), têm como finalidade o registro referente à constituição do Fundo Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, que é constituído pela parcela do saldo da Conta Total do Participante que não for destinada ao pagamento de benefícios em decorrência do Término do Vínculo Empregatício do Participante Ativo que não tenha atingido as condições de elegibilidade a qualquer benefício do Plano Suplementar e que tenha optado pela Portabilidade ou pelo Resgate de suas contribuições.

**Gestão Administrativa**

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas relativas à manutenção da estrutura administrativa do Instituto. É constituído ou revertido a partir do

resultado positivo ou negativo encontrado na equação entre receitas, despesas e rendimentos auferidos nos investimentos da gestão administrativa.

Conforme determina a Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, Art. 27, registra-se nas contas "Participação no PGA", "Participação no Fundo Administrativo PGA" os ajustes e eliminações em documentos auxiliares, para efeito de consolidação.

O saldo do fundo administrativo no exercício totaliza o valor de R\$ 77.097 (R\$ 73.663 em 2020). Em 2021, o fundo administrativo sofreu uma constituição de R\$ 3.434 (reversão de R\$ 3.773 em 2019), como demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	2021	2020
<b>( + ) Custeio Administrativo Previdencial</b>	8.509	7.954
<b>( + ) Custeio Administrativo Investimentos</b>	9.484	10.506
<b>( - ) Despesas da Administração Previdencial</b>	-21.852	-23.838
<b>( = ) Sobras (Insuficiências) do Custeio Administrativo</b>	-3.859	-5.378
<b>( + ) Atualização de Depósitos Judiciais/Recursais</b>	4.052	-
<b>(+/-) Contingências Administrativas</b>	-10	-5
<b>(+/-) Resultado Investimentos Administrativos</b>	3.251	1.610
<b>( = ) Formação (Reversão) Fundo Administrativo</b>	<b>3.434</b>	<b>-3.773</b>

## Fundos para Garantia das operações com participantes

Estão registrados os recursos necessários à cobertura de eventos de perdas decorrentes de morte ou inadimplência dos mutuários relativos aos empréstimos concedidos aos participantes e assistidos dos planos de benefícios administrados pelo Instituto.

Houve um aumento no ano de R\$ 153 e apresenta saldo para este exercício de R\$ 1.211 (R\$ 1.058 em 2020), em função da constituição para cobertura de inadimplência e quitações por morte dos planos BD I e Plano BD II. O Plano CV não tem saldo no fundo de investimento, apresentando insuficiência de cobertura das provisões para perda da carteira de empréstimos, de acordo com a determinação da legislação vigente e as Normas Internas de Concessão de Empréstimos Consignado nº GEEMP/01.17, aprovada pela Ata Ordinária do CONDE nº 413/2016 e GEEMP/02.02 aprovada pela Ata Ordinária do CONDE nº 416/2016.

## 12. Resultado Administrativo

Em conformidade com a Resolução CNPC n.º 43, 06 de agosto de 2021, Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, os registros das operações administrativas do Infraprev são efetuados no Plano de Gestão Administrativa, que possui patrimônio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas sobras de custeio administrativo, adicionado do rendimento auferido na carteira de investimentos e tem por objetivo a cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pelo Instituto na administração dos planos de benefícios, na forma dos respectivos regulamentos.

**12.1. Receitas Administrativas**

DESCRIÇÃO	2021	2020
Custeio Previdencial	8.509	7.954
Custeio de Investimentos	9.484	10.506
Atualização de Depósitos Judiciais/Recurais	4.052	-
Resultado dos Investimentos	3.251	1.610
<b>Total</b>	<b>25.296</b>	<b>20.070</b>

No exercício houve aumento nas receitas administrativas pelo levantamento de depósito judicial, com uma atualização de R\$ 4.052 em razão do Mandado de Segurança sobre a cobrança do PIS e da COFINS no período de vigência da Lei 9.718/98.

**12.2. Despesas Administrativas**

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2021	2020
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>14.361</b>	<b>14.013</b>
Conselheiros	83	80
Dirigentes	2.356	1.852
Pessoal Próprio	11.758	11.865
Estagiários	164	216
Treinamento Congresso e Seminário	76	38
Viagens e Estadias	460	432
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>3.694</b>	<b>4.994</b>
Serviços Atuariais	65	61
Serviços Contábeis	99	30
Serviços Jurídicos	983	1.959
Recursos Humanos	199	316
Tecnologia da Informação	1.887	2.151
Auditoria Contábil	157	67
Auditoria Atuarial/Benefícios	17	-
Serviços e Consultorias de Investimentos	218	386
Serviços de Conservação e Manutenção	69	23
Despesas Gerais	1.071	1.238
Depreciações a Amortizações	588	1.240
Tributos	1.602	1.515
Outras Despesas	-	368
<b>Total</b>	<b>21.852</b>	<b>23.838</b>



No exercício de 2021, o percentual das despesas em relação aos recursos garantidores dos planos de benefícios foi de 0,56% contra um percentual de 0,64% no exercício de 2020.

<b>ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS - 2021</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo Disponível	4	20
Realizável dos Investimentos	3.887.825	3.718.218
Exigível Operacional Investimentos	-2.373	-19.787
<b>Recursos Garantidores dos Planos</b>	<b>3.885.457</b>	<b>3.698.451</b>
Despesas Gestão Previdencial	21.852	23.838
<b>Despesas Consolidadas</b>	<b>21.852</b>	<b>23.838</b>
% Administração Previdencial	0,56%	0,64%
<b>Desempenho Desp. Administrativas</b>	<b>0,56%</b>	<b>0,64%</b>

O Infraprev está em movimento de redução de despesas desde 2017, com reestruturação organizacional e redução dos custos de contratações em virtude do cenário atual da patrocinadora fundadora Infraero. Apresentando uma redução de R\$ 1.986 mil nas despesas administrativas no exercício de 2021 em relação ao exercício de 2020.

### 13. Resultado dos Investimentos

Demonstramos a seguir o resultado dos investimentos, por segmentos.

#### 13.1. Resultado Bruto

O resultado bruto dos investimentos está representado pelas variações positivas deduzidas das variações negativas do período, conforme abaixo:

<b>SEGMENTOS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Títulos Públicos	379.590	161.527
Ativos Financeiros de Crédito Privado	15.060	13.253
Renda Variável	-47.117	-36.388
Fundos de Investimentos	11.657	-14.552
Investimentos em Imóveis	9.482	-5.816
Operações com Participantes	13.265	14.819
Relacionados com o Disponível	-108	-122
<b>TOTAL</b>	<b>381.828</b>	<b>132.721</b>

#### 13.2. Resultado Líquido

O resultado líquido dos investimentos está representado pelo resultado acima deduzido do custeio administrativo, conforme segue:

<b>SEGMENTOS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Títulos Públicos	369.860	147.214
Ativos Financeiros de Crédito Privado	14.674	12.078
Renda Variável	-45.910	-33.163
Fundos de Investimentos	11.358	-13.263
Investimentos em Imóveis	9.239	-5.301
Operações com Participantes	13.231	14.771
Relacionados com o Disponível	-108	-122
<b>TOTAL</b>	<b>372.343</b>	<b>122.214</b>

### 13.3. Resultados do Fluxo dos Investimentos

O resultado positivo líquido obtido na apuração do fluxo dos investimentos em 2021 monta a importância de R\$ 372.218 (R\$ 122.143 em 2020). Sendo proveniente da Gestão Previdencial R\$ 368.967 (R\$ 120.532 em 2020) e da Gestão Administrativa R\$ 3.251 (R\$ 1.611 em 2020).

Descrição	2021	2020
<b>Resultado da Gestão Previdencial</b>	<b>368.967</b>	<b>120.532</b>
Fluxos dos Investimentos Plano CV	355.102	112.898
Fluxos dos Investimentos Plano BD I	11.949	6.579
Fluxos dos Investimentos Plano BD II	1.913	1.053
Fluxos dos Investimentos Plano PAI I	3	2
<b>Resultado da Gestão Administrativa</b>	<b>3.251</b>	<b>1.611</b>
Fluxos dos Investimentos do PGA	3.251	1.611
<b>TOTAL</b>	<b>372.218</b>	<b>122.143</b>

Na apuração no fluxo dos investimentos são acrescidas e/ou deduzidas as constituições e reversões das contingências judiciais no exercício. Em 2021, foi constituído R\$ 126 (constituição de R\$ 71 em 2020)

## 13. CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### Controles Internos e Compliance:

O Instituto possui um manual organizacional, que contém as atribuições das áreas, políticas, normas e regimentos internos. Estas normas possuem validade de três anos e todas as gerências são responsáveis por sua revisão quando do vencimento do prazo tanto para qualquer alteração que se faça necessária. Adicionalmente, a Gerência de Compliance e Riscos realiza as análises dos riscos operacionais dos processos do Instituto. Com isso, são verificados os processos e atividades realizadas e, sendo necessário, são propostas alterações/melhorias dos processos, além da definição da matriz de riscos e planos de ação para mitigação dos riscos identificados.

### Gerenciamento de Riscos:

Os riscos no Instituto são medidos tanto para aplicações financeiras quanto para contratação de fornecedores/prestadores de serviços. Todos apresentam o mesmo grau de relevância e são medidos de acordo com metodologia específica. A possibilidade de ocorrência de cada um dos riscos é realizada de forma quantitativa para os riscos de mercado, crédito e liquidez utilizando metodologias e práticas modernas de análise de riscos financeiros. Com relação ao risco operacional, é avaliado por meio de uma matriz que estima probabilidade de ocorrência x impacto. Por fim, para o risco reputacional/ESG são avaliados aspectos qualitativos em relação a contraparte do instituto baseado em critérios estabelecidos em política interna.

Com a devida estimação dos riscos pelas unidades do Instituto, eles são reportados ao comitê de gestão de riscos, o qual emite opinião e encaminha tal orientação para o comitê de gestão de investimentos, ou área solicitante, o qual avalia e toma decisões sobre os investimentos.

## Governança de Investimentos:

O Conselho de Autorregulação do sistema Abrapp, Sindapp e ICSS aprovou, em reunião realizada em 20 de novembro de 2020, a concessão do Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos ao Infraprev. O selo é concedido apenas às entidades que conseguem comprovar o cumprimento de todos os requisitos do Código de Autorregulação em Governança de Investimentos, ao qual o Instituto aderiu em 2019.

O código de autorregulação prevê princípios, além dos que constam na legislação, que deverão nortear a gestão dos investimentos da entidade. O objetivo do código é colaborar com o aperfeiçoamento das boas práticas de governança de investimentos, mitigar a percepção de riscos existentes e contribuir para o desenvolvimento sustentável da previdência complementar fechada.

JULIANA MIGUEZ KOEHLER

Diretora Superintendente

CPF: 105.346.317-03

DANIELA DOS SANTOS OLIVEIRA HILDEBRANDT DE MELO

Diretora de Administração e Finanças

CPF: 080.689.697-30

ANA LUCIA ESTEVES

Diretora de Benefícios

CPF: 672.298.917-87

MARIA SELMA DA COSTA LIMA

Contadora – CRC-RJ 073.582/0-4

CPF: 014.303.977-64

## Infraprev Parecer Auditoria e Notas Explicativas 31 12 21 pdf

Código do documento 11a4ad28-25af-4a10-b3e2-81f44afcd690



### Assinaturas



Maria Selma da Costa Lima  
selma.lima@infraprev.org.br  
Assinou

*Selma Lima*



Daniela dos Santos Oliveira Hildebrandt de Melo  
daniela.melo@infraprev.org.br  
Assinou

*Daniela Melo*



ANA LUCIA ESTEVES  
ana.esteves@infraprev.org.br  
Assinou



Juliana Miguez Koehler  
juliana.koehler@infraprev.org.br  
Assinou

*Juliana Miguez Koehler*

### Eventos do documento

#### 04 Mar 2022, 14:44:06

Documento 11a4ad28-25af-4a10-b3e2-81f44afcd690 **criado** por MARIA SELMA DA COSTA LIMA (6f041b69-b975-45a7-81df-c6b20d9c1021). Email: selma.lima@infraprev.org.br. - DATE\_ATOM: 2022-03-04T14:44:06-03:00

#### 04 Mar 2022, 14:45:15

Assinaturas **iniciadas** por MARIA SELMA DA COSTA LIMA (6f041b69-b975-45a7-81df-c6b20d9c1021). Email: selma.lima@infraprev.org.br. - DATE\_ATOM: 2022-03-04T14:45:15-03:00

#### 04 Mar 2022, 14:45:27

MARIA SELMA DA COSTA LIMA **Assinou** (6f041b69-b975-45a7-81df-c6b20d9c1021) - Email: selma.lima@infraprev.org.br - IP: 187.102.165.214 (mvx-187-102-165-214.mundivox.com porta: 5310) - Documento de identificação informado: 014.303.977-64 - DATE\_ATOM: 2022-03-04T14:45:27-03:00

#### 04 Mar 2022, 14:55:28

JULIANA MIGUEZ KOEHLER **Assinou** (e97edf91-1009-448e-b079-d3fad0b41a2b) - Email: juliana.koehler@infraprev.org.br - IP: 181.223.246.187 (b5dff6bb.virtua.com.br porta: 54420) - Documento de identificação informado: 105.346.317-03 - DATE\_ATOM: 2022-03-04T14:55:28-03:00

#### 04 Mar 2022, 15:00:52

ANA LUCIA ESTEVES **Assinou** (171b8ccc-5c31-4cbe-9fb7-2351282577db) - Email: ana.esteves@infraprev.org.br -

---

IP: 187.67.6.101 (bb430665.virtua.com.br porta: 58056) - Documento de identificação informado: 672.298.917-87 -  
DATE\_ATOM: 2022-03-04T15:00:52-03:00

**04 Mar 2022, 15:09:53**

DANIELA DOS SANTOS OLIVEIRA HILDEBRANDT DE MELO **Assinou** (779782d3-4776-4a51-b273-d9a3e8c01731) -  
Email: daniela.melo@infraprev.org.br - IP: 186.235.109.32 (32.109.235.186.in-addr.arpa.verointernet.com.br porta:  
3348) - **Geolocalização: -21.723724 -43.071527** - Documento de identificação informado: 080.689.697-30 -  
DATE\_ATOM: 2022-03-04T15:09:53-03:00

---

Hash do documento original

(SHA256):fb9c705f64948ca1b5f424751307f85bc1028052ce0ff9e733492973b1722814

(SHA512):8205776197a2c20a1a23c3de7d96ea8837446838cbcb6ad3d94b209738aa2f48c6e2e984a102c3321e52672f965a91e3629da4782ac5b1860e600a161b83e6f9

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**